UASG:160022

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP)

Nº 900010/2024

PROTOCOLO GERAL: NUP 64411.000035/2024-75	**ANO:** 2024

VOLUME I

INTERESSADO: 21ª Companhia de Engenharia de Construção (21ª Cia E Cnst)

SEÇÃO RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: S4 OBRAS

Amparo Legal: Lei nº 14.133/21

OBJETO: Serviço de contratação de empresa especializada na execução de transporte hidroviário de pessoas e materiais da 21ª Cia E Cnst.

RESPONSÁVEL PELA AUTUAÇÃO DO PROCESSO: 3º Sgt NERY (Membro da SALC)
ADESÕES (CARONA): PERMITIDA
UG PARTICIPANTE: IRP Nº 12/2023 NÃO DIVULGADA
VALOR TOTAL: R$ 2.162.999,96 (DOIS MILHÕES, CENTO E SESSENTA E DOIS MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS).

ANEXOS: CONFORME ÍNDICE.

MOVIMENTO DO PROCESSO

DESTINO	DATA			DESTINO	DATA		
01. **Ordem BI Nº 36**	22	02	2024	10.			
02.Entrega na SALC	28	04	2024	11.			
03.Envio para CJU	14	08	2024	12.			
04. Retorno da CJU							
05.Envio para a Conformidade				13.			
06.				14.			
07.				15.			
08.				16.			
09.				17.			
10.				18.			

ÍNDICE DE DOCUMENTOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº º 64411.000035/2024-75
PREGÃO ELETRÔNICO SRP **Nº 900010/2024** – 21ª Cia E Cnst
VOLUME I

Ord.	D O C U M E N T O S	FOLHAS
1	- Termo de Autuação	01
2	- Termo de Ciência processual (CHEFE DA SALC)	02
3	- DIEx Requisitório	03-04
4	- DFD - Documento de Formulação da Demanda	05
5	- ETP - Estudo Técnico Preliminar	06-17
6	- Mapa de Risco	18-19
7	- Metodologia da Pesquisa de Preço	20-22
8	- Mapa Comparativo de Preços	24
9	- Pesquisa de Preço	25-26
10	- Termo de Referência – TR **(Minuta AGU de maio de 2023)**	27-58
11	- Extrato do **GNCS 5ª Edição** e demais documentos:	59-62
12	- Autorização para abertura do processo licitatório	63
13	- Autorização de Despesa	64
14	- IRP Nº 14/2023 (Extrato da IRP lançada)	65-66
15	- Documentos de Participante	67-118
16	-Justificativa não divulgação da IRP *(Se for o caso)*	119-121
17	-Justificativa Bens e Serviços Comuns	119-121
18	-Justificativa não uso do SRP *(Se for o caso)*	119-121
19	-Justificativa não adoção de meio eletrônico	119-121
20	-Justificativa de não reserva de COTA para ME/EPP *(Se for o caso)*	119-121
21	- Justificativa utilização de MARCA (Se for o caso)	119-121
22	- Justificativa ATRASO AUTUAÇÃO processual (INTERNET)	119-121
23	- Certificação Atividade de Custeio (NÃO)	123-124
24	- Certificação Atividade de Custeio (SIM)L	123-124
25	- Certificação de Segregação de Função	123-124
26	- Certificação de Designação dos Agentes Públicos	123-124
27	- Certificação no PCA- PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL	123-124
28	- Certificação da LDO-LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	123-124
29	- Certificação Responsabilidade Fiscal	123-124
30	- Certificação do Sistema TR DIGITAL	123-124
31	- Certificação minutas AGU	123-124
32	- Certificação de TR alinhado PCA e PDL	123-124
33	- Certificação de classificação do sigilo do TR	123-124

34	- Certificação do Planejamento da compra	123-124
35	- Certificação Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras	123-124
36	- Certificação de BENS DE LUXO	123-124
37	- BI 23 de 01/02/23: Equipe de Planejamento da Contratação	125-128
38	- BI 29 de 09/02/23: Comissão de Contratação	125-128
39	- BI 91 de 15/05/23: Agente de Contratação e Pregoeiro	125-128
40	- DOU 137 de 22/07/21: Nomeação do Ordenador de Despesas (OD)	129
41	- Transcrição da nomeação do OD do Boletim Especial nº01 de 20/12/21, da 21ª Cia E Cnst	129
42	- Minuta do Edital – AGU de maio de 2023 **(LEI 14.133/21)**	132-158
43	- Apêndice ao TR: ETP	159-170
44	- Anexo I: Minuta do Termo de Referência - AGU de maio de 2023 **(LEI 14.133/21)**	171-202
45	- Anexo II: Minuta do Termo de Contrato - AGU de maio de 2023 **(LEI 14.133/21)**	203-215
46	- Anexo III: Minuta da Ata de Registro de Preço - AGU de maio de 2023 **(LEI 14.133/21)**	216-225
47	- Anexo IV: Modelo de Proposta de Preço	226
48	- Certidão Migração SAPIENS	227
49	- Lista de Verificação – AGU de dezembro de 2022 **(LEI 14.133/21)**	228-238
50	- Ofício n° **6/2024** – SALC/21ª Cia E Cnst- NUP: **64411.000035/2024-75**	239-241
51	- Termo de Encerramento do Volume I	242

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 01
RUBRICA
21ª Companhia de Engenharia de Construção

TERMO DE AUTUAÇÃO DO PROCESSO
NUP 64411.000035/2024-75

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 900010/2024 **- 21ª Cia E Cnst – UASG: 160022**

Em conformidade com a **ORIENTAÇÃO NORMATIVA AGU Nº 2/2009**, **AUTUO** nesta data, o Processo Administrativo **NUP 64411.000035/2024-75** da 21ª Companhia de Engenharia de Construção (21ª Cia E Cnst), referente à licitação acima indicada, cujo objeto está definido no **DIEx N° 1-S4/21ª Cia E Cnst, de 08 de abril de 2028**.

São Gabriel da Cachoeira, AM, 06 de agosto de 2024.

RAILANE NERY MAGALHÃES – 3º SGT
Agente de contratação - SALC da 21ª Cia E Cnst

Ciente:

CAIO FELIPE MOREIRA DOS SANTOS – 2º Ten
Chefe da SALC da 21ª Cia E Cnst

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)

Fl nº 02
RUBRICA

TERMO DE CIÊNCIA DE TODO O CONTEÚDO PROCESSUAL
NUP 64411.000035/2024-75

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 900010/2024 - 21ª Cia E Cnst – UASG: 160022

Como chefe da **Seção de Aquisição Licitações e Contratos (SALC)**, comunico que tenho ciência de todo o conteúdo processual dentro da fase interna e externa da licitação relacionada ao processo **NUP 64411.000035/2024-75** da 21ª Cia E Cnst.

São Gabriel da Cachoeira, AM, 06 de agosto de 2024.

CAIO FELIPE MOREIRA DOS SANTOS – 2º Ten
Chefe da SALC da 21ª Cia E Cnst

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 03
RUBRICA
21ª Companhia de Engenharia de Construção

DIEx N° 1-S4/21ª Cia E Cnst
EB: 64411.000035/2024-75

Do: Chefe da 4ª Seção da 21ª Cia E Cnst
Ao Sr: Cmt da 21ª Cia E Cnst

Assunto: Pregão eletrônico para Contratação de serviço de transporte fluvial tipo empurrador de balsa de 300 toneladas.

Anexo: -Documento de formalização da demanda (DFD);
-Estudo Técnico Preliminar (ETP);
-Mapa de Risco;
- Mapa Comparativo de Preços;
- Pesquisa de Preço;
- Termo de Referência.

Nos termos do **art. 13 da IG 12-02**, solicito abertura do Processo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico (SRP) para serviço de contratação de transporte fluvial tipo empurrador de balsa de 300 toneladas de materiais e pessoal, para atender a 21ª Companhia de Engenharia de Construção, conforme as especificações constantes na documentação em anexo.

São Gabriel da Cachoeira, AM, 08 de abril de 2024.

FELIPE BRAGA RIBEIRO DA SILVA - Cap
Chefe da 4ª Seção da 21ª Cia E Cnst

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 04
RUBRICA
21ª Companhia de Engenharia de Construção

DESPACHO DO FISCAL ADMINISTRATIVO:

1. Aprovo a presente requisição e concordo com a viabilidade e necessidade da aquisição.

2. Encaminhe-se para o Ordenador de Despesas para aprovação e ordenação do início dos trâmites licitatórios.

BRUNO BRAGA DA SILVA SOUSA - Maj
Fiscalização Administrativa da 21ª Cia E Cnst

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS:

Determino, portanto, que a Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC), adote todas as providências cabíveis, de acordo com as normas em vigor, para que a licitação requerida pelo setor requisitante ocorra dentro da legislação em vigor.

São Gabriel da Cachoeira, AM, 08 de abril de 2024.

JOSINALDO LOPES DE MENESES – Ten Cel
Ordenador de Despesas da 21ª Cia E Cnst

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)

Fl nº 05
RUBRICA

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)
NUP: 64411.000035/2024-75

Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA – EXÉRCITO BRASILEIRO **21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO**	
Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): S4 OBRAS	
Responsável pela Demanda: Cap Braga	**Amparo:** Art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei 14133/21
E-mail: s4operacional20@gmail.com	**Telefone:** (97) 3471-1366

1. Justificativa da necessidade da aquisição, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso.

A presente demanda tem por escopo as necessidades da 21ª Companhia de Engenharia de Construção, referente ao exercício do ano de 2024. Serviço de contratação de transporte fluvial de 1 (um) empurador para transportar balsa de 300 toneladas para levar materiais e pessoas, para atender as demandas de obras da Operação Yá-Mirim e Rodrigo Octávio (2º Gpt E).

2. Quantidade de material a ser adquirido

A demanda inicial é baseada no histórico de aquisições e necessidades da 21ª CIA E CNST.

3. Previsão de data em que deve ser iniciado a aquisição do material

A previsão de data para início da aquisição é de 2º Semestre de 2024.

4. Indicação do membro da equipe de planejamento e se necessário o responsável pela fiscalização

FELIPE BRAGA RIBEIRO DA SILVA – Cap - Chefe da Equipe
MATHEUS EMANUEL BASÍLIO DA COSTA - Cb – Membro da Equipe

DESIGNAÇÃO DA EQUIPE: Conforme BI nº 36, de 22 de fevereiro de 2024.

São Gabriel da Cachoeira-AM, 8 de abril de 2024.

FELIPE BRAGA RIBEIRO DA SILVA – Cap
Chefe da Equipe

MATHEUS EMANUE BASÍLIO DA COSTA - Cb
Membro da Equipe

Fl nº 006
RUBRICA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP
NUP: 64411.000035/2024-75

SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE TRANSPORTE HIDROVIÁRIO DE PESSOAL E MATERIAL DA 21ª CIA E CNST.

Fl nº 07

RUBRICA

1. DA FINALIDADE:

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade:

a) Analisar o **SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO DE TRANSPORTE FLUVIAL DE EMPURRADOR DE BALSA** visando atender à demanda da 21ª Cia E Cnst referente ao segundo semestre de 2024;

b) Complementar a análise dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência do processo **NUP: 64411.000035/2024-75** – UASG: 160022.

1.2. Área requisitante: Pelotão de Equipamento da 21ª Cia E Cnst

1.2.1. Responsáveis **(Conforme BI Nr 36, de 22/02/2024, da 21ª Cia E Cnst)**

a. **FELIPE BRAGA RIBEIRO DA SILVA - Cap** - Chefe da Equipe
b. **MATHEUS EMANUEL BASÍLIO DA COSTA - Cb** – Membro da Equipe

1.2. **Amparo Legal:**

1.2.1. Lei nº 14.133/21;
1.2.2. Instrução Normativa SEGES-ME nº 58/2022;

2. DAS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS:

2.1. Com base no Documento de Formalização da Demanda (DFD), as seguintes informações foram produzidas e registradas neste Estudo Técnico Preliminar (ETP):

I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1.1. Considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público, a 21ª CIA E CNST, por força de suas atribuições, vem sendo constantemente empregado na execução direta de obras conveniadas e/ou de cooperação, obras essas executadas nas mais longínquas localidades do Território Amazônico.

2.1.2. A contratação do serviço de 1 (um) empurrador de balsa, objeto deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), atenderá as demandas das obras nas quais a 21ª CIA E CNST está empregada, havendo a necessidade destas aquisições por conta da efetividade maior nas aplicações especificamente nas obras de cooperação/convênio delegada a esta Companhia.

II - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

2.1.3. Para que a presente contratação fosse realizada, foi elaborado o Plano de Contratação Anual (PCA), de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração.

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

2.1.4.A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recarga de extintores

Fl nº 08
RUBRICA

emanadas pela 21ª Companhia de Engenharia de Construção se dará através de formal Processo Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, pela Lei 10.520, de 17 de junho de 2002, pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, bem como o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, IN nº 113-DNRC, de 28 de abril de 2010 e pelas disposições fixadas no Edital de convocação.
Os serviços de recarga de extintores enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

IV - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO:

2.1.5. A estimativa da quantidade a ser contratada deve partir do princípio de que houve consumo do mesmo objeto em anos anteriores ou de um novo planejamento sobre fato novo, como exemplo uma obra nova. Dessa forma, a presente contratação tem as seguintes características:

( ) O objeto da presente aquisição **já foi**, nos últimos dois anos anteriores a esta contratação, em todo ou em parte, adquirido por esta administração conforme extrato do **SIAFI** , conforme ANEXO I;

(X) O objeto da presente aquisição **não foi**, nos últimos dois anos anteriores a esta contratação, em todo ou em parte, adquirido por esta administração;

( ) As **memórias de cálculo** e os **documentos que lhe dão suporte** para a estimativa das quantidades a serem contratadas, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala, **foram anexadas a este ETP** conforme ANEXO II;

(X) As **memórias de cálculo** e dos **documentos que lhe dão suporte** para a estimativa das quantidades a serem contratadas, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala, **não foram anexadas a este ETP** conforme;

2.1.6. A equipe que abaixo subscreve este Estudo Técnico Preliminar (ETP) fez **levantamento preliminar através do SIAFI**, com base no consumo dos últimos dois anos e também com base na necessidade atual da 21º Cia E Cnst, a fim de se alcançar uma **estimativa das quantidades a serem contratadas**.

2.1.7. Segue abaixo a relação dos itens que serão objeto de consumo por esta Administração, contendo o código de cadastro de **serviço (CATSER)** junto ao SIASG, as descrições detalhadas, as respectivas requisições e a periodicidade entre as requisições:

TABELA I:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATSERV	UND DE MEDIDA	QTDE	Valor Médio Unitário	Valor total do ITEM



1	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho Manaus-AM para São Gabriel da Cachoeira-AM ou São Gabriel da Cachoeira-AM para Manaus-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	24775	Tonelada	3	R$ 85.000,00	R$ 255.000,00
2	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para TUNUI-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	24775	Tonelada	2	R$ 65.000,00	R$ 130.000,00
3	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-Am para CUCUÍ-Am (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	24775	Tonelada	2	R$ 57.000,00	R$ 114.000,00
VALOR TOTAL (QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE MIL REAIS).						**R$ 499.000,00**

2.1.7.1. Quanto à descrição detalhada do objeto e da modalidade licitatória:

(X) Foi realizada com maior detalhamento possível evitando o direcionamento do objeto à alguma marca específica;
( ) Foi realizada por setor técnico que tem a expertise para o detalhamento do objeto;
( ) Foi realizada com detalhamento específico à determinada **marca ou modelo** e formalmente justificado nas seguintes hipóteses:

( ) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
JUSTIFICATIVA: _____

( ) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;

Fl nº 10
RUBRICA

JUSTIFICATIVA: _____

( ) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;
JUSTIFICATIVA: _____

( ) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;
JUSTIFICATIVA: _____

2.1.7.1.1. O objeto da presente contratação pode ser objetivamente definido como **serviços comuns** com amparo nos incisos **XIII** e **XLI do art. 6º da Lei nº 14.133/21.**

2.1.7.1.2. Quanto à modalidade de licitação mais adequada para o objeto da presente contratação, com amparo no inciso XLI do art. 6º da Lei nº 14.133/21, será usado o **Pregão** em sua forma **Eletrônica** (SRP/SISPP) pelo MENOR MAIOR DESCONTO.

2.1.7.2. **Quanto à exigência de amostra para o objeto:**

(X) Não será necessária;

( ) Será necessária;

JUSTIFICATIVA:_____
_____

2.1.7.3. **Quanto ao código CATMAT/CATSERV:**

(X) Encontram-se todos válidos e ativos;

(X) Não foram usados códigos CATMAT/CATSER sustentáveis.

V - LEVANTAMENTO DE MERCADO:

2.1.8. Consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. No caso da presente contratação, foi utilizada a seguinte:

(X) Contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a

existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração;
( ) Consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições (se for o caso);
( ) Outras (Especificar quais)

VI - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

2.1.9. A estimativa do valor total da contratação foi realizada com amparo nos seguintes parâmetros:
(X) Preços unitários referenciais;
(X) Memórias de Cálculo;
(X) Documentos que dão suporte à Memória de Cálculo;

2.1.10. Com base nos parâmetros relacionados acima, o valor total estimado para a contratação é de **R$ 499.000,00 (QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE MIL REAIS)**

2.1.11. Em linhas gerais, a estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o que dispõe a **IN SEGES _ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021**, obedecendo aos seguintes parâmetros do Art.5º:

> *Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:*
>
> *I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;*
>
> *II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*
>
> *III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de*

Fl nº 12
RUBRICA

antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram



propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

VII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

2.1.12. Foram elencadas as seguintes soluções relacionadas abaixo:

a) Quanto ao acompanhamento técnico durante a realização da Licitação:
Será acompanhado pelo seguinte militar para fazer parte da Equipe de Apoio Técnico da Licitação: **CAP BRAGA** e **CB MATHEUS**;

b) Quanto ao local de entrega do objeto: **Sede da 21ª Cia E Cnst**;

c) Quanto ao prazo de entrega do objeto: **30 dias após o recolhimento do material**;

d) Quanto ao recebimento do objeto: **será previamente recebido e verificado in loco**;

e) Quanto às particularidades da cidade sede para entrega do objeto (Localização, Fuso horário etc.: **Área Cap Nobuo Oba, s/n – 21ª Cia E Const, seg a quinta das 09:30 ás 11:30 e das 14:00 ás 16:30, sexta-feira dás 08:00 às 11:30.**

f) Quanto ao tipo de empenho que será usado para a realizar a aquisição:
( ) **EMPENHO ORDINÁRIO** (X) **EMPENHO GLOBAL** ( ) **EMPENHO ESTIMATIVO**

g) Quanto a formalização do contrato através do Termo de Contrato:
( ) **NÃO HAVERÁ CONTRATO** (X) **HAVERÁ CONTRATO**

h) Quanto a garantia da contratação:
( ) Não haverá exigência da garantia da contratação pelas seguintes razões:
- A aquisição é de baixo/médio vulto;
- Não haverá risco para a administração em não exigir a garantia;

(X) Haverá exigência da garantia da contratação nas seguintes modalidades:
- Caução;
- Fiança bancária;
- Seguro-garantia;

i) Quanto à manutenção: garantia mínima de execução do serviço prevista no código de defesa do consumidor.

j) Quanto à assistência técnica: deverá ser prestada in loco.

VIII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1.13. **A presente contratação:**

(X) No presente caso, como se trata de itens autônomos que podem ser adquiridos de forma independente, **não há necessidade de agrupamento em lotes ou grupos**. Dessa forma, esta

Fl nº 14
RUBRICA

contratação **será parcelada**, pois é técnica e economicamente viável, de forma a resguardar os interesses da administração, bem como ampliar a participação de pequenos empreendedores que estejam qualificados, nos termos da legislação vigente.

( ) No presente caso, como se trata de itens não autônomos que não podem ser adquiridos de forma independente, **há necessidade de agrupamento em lotes ou grupos**. Dessa forma, esta contratação não será parcelada, pois há necessidade técnica de juntar em lotes ou grupos.

IX – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

12.1.14. Os resultados pretendidos para a presente aquisição são:

( ) Em termos de economicidade, a presente aquisição não trará nenhum resultado pretendido;

(X) Em termos de economicidade, a presente aquisição trará os seguintes resultado pretendido:

Realizando serviços específicos e vitais para disponibilidade dos extintores, evitará compra de extintor novo, objeto esse que se torna mais caro no mercado.

(X) Em termos de um melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, está aquisição não trará nenhum resultado pretendido;

( ) Em termos de um melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, está aquisição trará os seguintes resultados pretendidos:

(X) Em termos de um melhor aproveitamento dos recursos materiais disponíveis, está aquisição não trará nenhum resultado pretendido;

( ) Em termos de um melhor aproveitamento dos recursos materiais disponíveis, está aquisição trará os seguintes resultados pretendidos:

_____

_____

( ) Em termos de um melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis, está aquisição não trará nenhum resultado pretendido;

(X) Em termos de um melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis, está aquisição trará os seguintes resultados pretendidos:

Melhor aplicação do recurso, pois com a execução do serviço em empresa especializada, evita-se a compra de um objeto novo, o que se torna mais caro.

X-PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:



2.1.15. **As seguintes providências foram tomadas:**

( ) A aquisição foi analisada sob a ótica da Gestão Contratual e verificado a necessidade de ser realizado o contrato com a empresa vencedora da licitação através de um **Termo de Contrato.** Sendo assim, se faz necessário a existência de um **Fiscal de Contrato capacitado** designado pela Administração da 21ª Cia E Cnst.

(X) A aquisição foi analisada sob a ótica da Gestão Contratual e verificado que não há necessidade de ser realizado o contrato com a empresa vencedora da licitação através de um Termo de Contrato. Sendo assim, não se faz necessário a existência de um Fiscal de Contrato capacitado designado pela Administração da 21ª Cia E Cnst.

( ) Para uma melhor gestão contratual, a Administração da 21ª Cia E Cnst publicou ordem de capacitação de seus agentes para realizarem estágio de capacitação em Fiscalização de Contrato conforme BI nº **36**, de **22/02/2024** de **21ª Cia E Cnst**.

XI- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

2.1.16. Não se aplica a esta contratação, pois não há qualquer contratação correlata e/ou interdependente a esta.

XII – DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGATÓRIAS:

2.1.17. **Quanto ao assunto, temos as seguintes observações:**

2.1.17.1. Foi realizada uma verificação técnica dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos **serviços** a serem contratados.

2.1.17.2. **Para o objeto desta contratação, ficou constatado que:**

(X) Sujeita-se aos seguintes critérios de sustentabilidade:

a) Especificação técnica do objeto: atender a qualidade do serviço específico.
b) Obrigação da contratada: fornecer o serviço do transporte fluvial de materiais e pessoal:

A empresa que prestará o serviço de recarga e teste hidrostático nos extintores de incêndio, deverá comprovar que realiza o descarte adequado, ecologicamente correto, dos cilindros e demais materiais descartados, observando o disposto na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental nas aquisições de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública direta, autárquica ou fundacional, no que couber, e nas normas técnicas e/ou recomendações do fabricante dos equipamentos e da ABNT.

Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



2.1.17.3. **Ficou comprovado que as especificações de sustentabilidade para o presente objeto da aquisição:**
(X) **Não restringem** a competição em dado mercado;

(X) **Preservam** o caráter competitivo do certame;

( ) Dentre as recomendações voltadas para os **critérios e práticas de sustentabilidade ambiental**, foi consultado o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis em sua 5ª Edição. Durante a consulta ao referido guia, foram feitas as seguintes observações:**

( ) Foram encontradas recomendações conforme extratos do guia no ANEXO III;(X) Não foram encontradas recomendações no guia;
( ) Para a presente aquisição, foram observados os seguintes possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras:

a) **Impactos ambientais:**

_____
_____
_____

b) **Medidas mitigadoras:**

-

_____
_____
_____

3 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:

3.1. Considerando as disposições constantes neste estudo, sobretudo, acerca das justificativas da necessidade de aquisição e dos quantitativos de material, bem como da análise dos riscos que envolvem a fase inicial deste procedimento, esta equipe se posiciona pela:

(X) **VIABILIDADE** das aquisições, desde que sejam observadas às disposições acerca dos riscos apontados nete Estudo Técnico Preliminar (ETP) e por entender que foram razoáveis os fundamentos que motivaram a demanda dos materiais para a administração.

( ) **INVIABILIDADE** das aquisições,
pois..._____
_____
_____

4 - ANEXOS:

São Gabriel da Cachoeira, AM, 8 de abril de 2024

Fl nº 17

RUBRICA

FELIPE BRAGA RIBEIRO DA SILVA – Cap
Chefe da Equipe de planejamento

De acordo:

MATHEUS EMANUEL BASÍLIO DA COSTA - Cb
Membro da Equipe

Ciência do Fiscal Administrativo:

São Gabriel da Cachoeira, AM, 8 de abril de 2024.

BRUNO BRAGA DA SILVA SOUSA - Maj
Fiscal administrativo da 21ª Cia E Cnst

APROVAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS:

1. Considerando do disposto no Art. 14, § II do Decreto 10.024/19, **APROVO** o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) acerca do objeto proposto. Reitero plena concordância com as justificativas da necessidade da aquisição, bem como a estimativa dos quantitativos apresentados.

2. Determino o início da elaboração do respectivo Termo de Referência, uma vez que ficou constatada que a eventual contratação é **VIÁVEL** para esta administração.

São Gabriel da Cachoeira, AM, 8 de abril de 2024.

JOSINALDO LOPES DE MENESES – Ten Cel
Ordenador de Despesas da 21ª Cia E Cnst

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)

21ª Cia E CNST FL Nº 18 Rubrica

MAPA DE ANÁLISE DE RISCOS
NUP: 64411.000035/2024-75
OBJETO: SERVIÇO DE TRANSPORTE FLUVIAL DE PESSOAL E MATERIAL

FASE DE ANÁLISE
(**X**) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
( ) Gestão de Contrato

AMPARO LEGAL: Art. 18, X, da Lei nº 14.133/21

RISCO 01: Impossibilidade de adquirir o serviço			
Probabilidade	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto	(x) Baixo	( ) Médio	( ) Alto
Dano			
Impossibilidade de realizar os transportes			

Ação Preventiva	**Responsável**
- Verificar se a futura aquisição deve ser uma: **COMPRA ( ) SERVIÇO (X)** - Verificar se a futura aquisição deve ser realizada por: **MENOR PREÇO (X) MAIOR DESCONTO GLOBAL ( ) MENOR PREÇO e MAIOR DESCONTO ( )** -Realização de ampla pesquisa de preço com base na **IN/SEGES Nº 65/2020** coma finalidade de definir o preço de referência de cada item coerente com os preços praticados no mercado	Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de Contingência	**Responsável**
Negociação com a empresa vencedora para adequação do valor da proposta dentro do limite do preço de referência	Chefe da SALC ou Pregoeiro

RISCO 02: Serviço executado fora dos padrões exigidos no Termo de Referência			
Probabilidade	**( ) Baixa**	**(X) Média**	**( ) Alta**
Impacto	**( ) Baixo**	**(X) Médio**	**( ) Alto**
Dano			
Prejuízo para administração pública			

Ação Preventiva	**Responsável**
azer contato com o fornecedor, não havendo resposta, aplicar as sanções cabíveis.	Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação

21ª Cia E Cnst
FL Nº 19
Rubrica

Ação de Contingência	Responsável
plicação de sanções previstas conforme legislação vigente.	Ordenador de Despesas

RISCO 03: Atraso nos transportes de material			
Probabilidade	**( ) Baixa**	**(X) Média**	**( ) Alta**
Impacto	**( ) Baixo**	**(X) Médio**	**( ) Alto**
Dano			
Atraso nos trabalhos do destacamento e no planejamento da Operação Yá-Mirim e atraso nos trabalhos no 2º PEF de Querari			
Ação Preventiva			**Responsável**
Entrar em contato com a empresa e solicitar agilidade no envio do equipamento.			Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de Contingência			**Responsável**
Aplicação de sanções previstas conforme legislação vigente			Ordenador de Despesas

RESPONSÁVEIS (MAPA DE RISCOS)
DESIGNAÇÃO DA EQUIPE: Conforme BI nº 36, de 26 de fevereiro de 2024.

São Gabriel da Cachoeira-AM, 8 de abril de 2024

FELIPE BRAGA RIBEIRO DA SILVA - Cap
Ch da 4ª Seção da 21ª Cia E Cnst

MATHEUS EMANUEL BASÍLIO DA COSTA - Cb
Aux. Equipe Planejamento

Fl nº 20
RUBRICA

METODOLOGIA DA PESQUISA DE PREÇOS
PROCESSO NUP 64411.000035/2024-75

1. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO:

1.1. A presente pesquisa de preço tem como objeto a aquisição de contratação do serviço de empresa especializada na execução de transporte hidroviário de pessoas e materiais para atender a demanda da 21ª Cia E Cnst.

1.2. **DO ENQUADRAMENTO DO OBJETO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO:**

1.3. O objeto da presente Pesquisa de Preço se enquadra em bens em geral, dessa forma, a referida pesquisa teve como amparo legal a **INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021.**

1.4. O âmbito de aplicação desta Pesquisa de Preço é no âmbito da Administração Pública Federal na figura da 21ª Companhia de Engenharia de Construção.

2. DO PREÇO ESTIMADO E DO SOBREPREÇO:

2.1. Para fins do disposto nesta pesquisa, foi considerado o **preço estimado** como sendo o valor obtido a partir do método matemático aplicado em série de preços coletados e foi desconsiderado, na sua formação, os valores inexequíveis, os inconsistentes e os excessivamente elevados.

2.2. Em atenção ao que prescreve o Art. 2°, I da IN/SEGES Nº 65/2021, a presente pesquisa não apresenta nenhum item em **sobrepreço.**

3. DA ELABORAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇO:

3.1. **Foi materializada em documento que contém os seguintes parâmetros:**

a) descrição do objeto a ser contratado;

b) Identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;

c) caracterização das fontes consultadas;

d) série de preços coletados;

e) método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;

f) justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

g) **memória de cálculo** do valor estimado e documentos que lhe dão suporte;

h) justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º da IN/SEGES Nº 65/2021

4. DOS PARÂMETROS UTILIZADOS:

4.1. A presente Pesquisa de Preço foi elaborada em consonância com os seguintes parâmetros previstos no Art. 5º, da **INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021**, *in verbis*:

( ) composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos **sistemas oficiais de governo**, como **Painel de Preços** ou **Banco de Preços** em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente, conforme **inciso I, art. 5º da IN/SEGES Nº 65/2021.**

( ) dados de pesquisa publicada em **mídia especializada**, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de **sítios eletrônicos especializados** ou de **domínio amplo**, desde que **atualizados no momento da pesquisa** e compreendidos no intervalo de **até 6 (seis) meses** de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso, conforme **inciso II, art. 5º da IN/SEGES Nº 65/2021.**

(X) **pesquisa direta** com, **no mínimo, 3 (três) fornecedores**, mediante solicitação formal de cotação, por meio de **ofício ou e-mail**, desde que seja **apresentada justificativa** da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de **6 (seis) meses de antecedência** da data de divulgação do edital, conforme **inciso III, art. 5º da IN/SEGES Nº 65/2021.**

( ) pesquisa na **base nacional de notas fiscais eletrônicas**, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de **até 1 (um) ano** anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no **Caderno de Logística**, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, conforme **inciso IV, art. 5º da IN/SEGES Nº 65/2021.**

4.2. **Não foi utilizado** outros critérios ou métodos de pesquisa de preço diferentes dos elencados no item 5.1 deste instrumento.

4.3. Em atenção ao que prescreve o parágrafo primeiro, Art. 5º da **IN/SEGES Nº 65/2021**, **foram priorizados** os parâmetros estabelecidos nos **incisos I e II.**

4.4. Entretanto, com as dificuldades de acesso ao Painel de Preços (problemática da região de São Gabriel da Cachoeira – AM), sem sucesso na obtenção de preços de compras por outros órgãos da Administração Pública por meio de consulta à **mídia especializada** e **sítios eletrônicos de domínio amplo,** partiu-se para a pesquisa direta com fornecedores.

5. DA PESQUISA DIRETA COM FORNECEDORES:

5.1. Houve pesquisa de preços realizada diretamente com fornecedores, nos termos do inciso IV, Art. 5º da IN/SEGES Nº 65/2021 e foram observados os seguintes parâmetros na proposta:

(X) prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

(X) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

(X) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

(X) nome completo e identificação do responsável;

(X) registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

7. DA METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO:

7.1. Foram utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado **o valor MÍNIMO** sobre um conjunto de **três ou mais preços,** desconsiderado os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

7.1.1. Não foi estimado nenhum valor de item com base em menos de três preços.

7.2. Abaixo, segue o resumo da metodologia de preços:

Item	Justificativa da obtenção de preços
01 ao 16	Foram obtidos através de **pesquisa direta** com, no mínimo, **3 (três) fornecedores**. **Art. 5º, Inciso III, da IN/SEGES**

Fl nº 231
RUBRICA

São Gabriel da Cachoeira – AM, 8 de abril de 2024.

FELIPRE BRAGA RIBEIRO DA SILVA – Cap
Chefe da Equipe

MATHEUS EMANUEL BASÍLIO DA COSTA - Cb
Membro da Equipe

MAPA COMPARATIVO

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	EMPRESA Navegação Tanaka - 02.209.632/0001-95	EMPRESA J A De Sa Tanaka - ME - 17.907.137/0001-27	EMPRESA A Tanaka dos Santos - ME - 34.519.587/0001-61	UND DE MEDIDA	QTDE	Valor Médio Unitário	Valor total do ITEM
1	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho Manaus-AM para São Gabriel da Cachoeira-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	R$ 75.000,00	R$ 85.000,00	R$ 95.000,00	Tonelada	3	R$ 85.000,00	R$ 255.000,00
2	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para TUNUI-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	R$ 55.000,00	R$ 65.000,00	R$ 85.000,00	Tonelada	2	R$ 65.000,00	R$ 130.000,00
3	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-Am para CUCUÍ-Am (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	R$ 48.000,00	R$ 58.000,00	R$ 68.000,00	Tonelada	2	R$ 57.000,00	R$ 114.000,00
VALOR TOTAL (QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE MIL REAIS)								**R$ 499.000,00**

FELIPE BRAGA RIBEIRO DA SILVA - CAP
Chefe da Equipe

MATHEUS EMANUEL BASÍLIO DA COSTA - CB
Membro da Equipe

21º Cia E Cnst
FL Nº 124
Rubrica

21° Cia E CNST
FLN° 25

Oficina do Édio .
CNPJ: 11.911.218/0001-14
Avenida Dom Pedro Massa n°100
Bairro: Fortaleza
Cidade: São Gabriel da cachoeira
Telefone: (97)3471-1979 / (97)3471-1172
E-mail: aqs080300@gmail.com / jesscontabil@outlook.com

Orçamento.

A 21° Companhia de engenharia de construção.

A empresa: *Oficina do Édio* situada nesta cidade são gabrieal da cachoeira vem atraves deste documento fornecer valores para posives contratações.

Especificação de serviço.	Valor total.
Serviço de contratacao do emburrador para trasporta balsa de 300 toneladas no trecho MAO-SGC.	103.200,00

Especificação de serviço.	Valor total.
Serviço de contratacao do emburrador para trasporta balsa de 300 toneladas no trecho SGC-TUNUI.	97.300,00

Especificação de serviço.	Valor total.
Serviço de contratacao do emburrador para trasporta balsa de 300 toneladas no trecho SGC-CUCUI.	75.100,00

Valores citatos acima validos apenas por 30 dias, após a data refazer outro orçamento.

11.911.218/0001-14
EDIO S. A. DOS SANTOS
OFICINA DO EDIO
Av. Dom Pedro Massa, n° 100
Bairro Centro CEP 69.750-000
São Gabriel da Cachoeira-AM

Édio Sérgio Azevedo dos Santos

São Gabriel da Cachoeira.
24.06.2024

21ª Cia E CNST
FL Nº 26
Rubrica

Kutara transporte fluvial LDTA.
CNPJ: 33.708.797/0001-35
Beco Domingo Savio N°74
Bairro: Areal
Cidade: São Gabriel da cachoeira
Telefone: (92)993426244
E-mail: juliano.isvante@hotmail.com

Orçamento.

A 21° Companhia de engenharia de construção.

A empresa: ***Kutara transporte fluvial LTDA*** situada nesta cidade são gabrieal da cachoeira vem atraves deste documento fornecer valores para posives contratações.

Especificação de serviço.	Valor total.
Serviço de contratacao do emburrador para trasporta balsa de 300 toneladas no trecho MAO-SGC.	100.000,00

Especificação de serviço.	Valor total.
Serviço de contratacao do emburrador para trasporta balsa de 300 toneladas no trecho SGC-TUNUI.	95.000,00

Especificação de serviço.	Valor total.
Serviço de contratacao do emburrador para trasporta balsa de 300 toneladas no trecho SGC-CUCUI.	73.000,00

Valores citatos acima validos apenas por 30 dias, após a data refazer outro orçamento.

gov.br Documento assinado digitalmente
JULIANO ISVARTE GONCALVES COSTA
Data: 24/06/2024 17:39:33-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

São Gabriel da Cachoeira.
24.06.2024

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)

Fl nº 27
RUBRICA

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇO - LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 900010/2024 – UASG: 160022

(Processo Administrativo (NUP) 64411.000035/2024-75)

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de **TRANSPORTE FLUVIAL DE MATERIAL E PESSOAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CAT SER	Descrição do Material	Und	Qtde	Valor Médio Unitário	Valor Total
1	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho Manaus-AM para São Gabriel da Cachoeira-AM ou São Gabriel da Cachoeira-AM para Manaus-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	Ton	6	R$ 85.000,00	R$ 510.000,00
2	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para TUNUI-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	Ton	8	R$ 65.000,00	R$ 130.000,00
3	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para CUCUÍ-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	Ton	8	R$ 57.000,00	R$ 114.000,00
4	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para PARÍ-CACHOEIRA (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do	UND	7	R$ 54.714,28	R$ 382.999,96

		material no caso de ocorrência de sinistros.				
5	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para IPANORÉ (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros.	UND	7	R$ 42.000,00	R$ 294.000,00
VALOR TOTAL (DOIS MILHÕES CENTO E SESSENTA E DOIS MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS)						**R$ 2.162.999,96**

1.2. O prazo de vigência da contratação é de **1(um) ano** contados do(a) **Ata de registro de Preço**, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

~~OU~~

1.3. O prazo de vigência da contratação é de ..... (máximo de 5 anos) contados do(a) ....., prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.4. ~~O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que [...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...] **OU** o Estudo Técnico Preliminar **OU** os termos da Nota Técnica .../...;~~

~~OU~~

1.5. O prazo de vigência da contratação é de .....(máximo de um ano da ocorrência da emergência ou calamidade) contados do(a) ....., improrrogável, na forma do art. 75, VIII da Lei n° 14.133/2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)

Fl nº 29
RUBRICA

Órgão Gerenciador: 21ª Companhia de Engenharia de Construção UASG 160022

ITEM	CAT SER	Descrição do Material	Und	Requisição mínima	Requisição máxima	Qtde Total
1	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho Manaus-AM para São Gabriel da Cachoeira-AM ou São Gabriel da Cachoeira-AM para Manaus-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	Ton	1	2	3
2	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para TUNUI-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	Ton	1	1	2
3	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para CUCUÍ-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	Ton	1	1	2

Órgão Participante: 2ª Brigada de Infantaria de Selva UASG 160515

ITEM	CAT SER	Descrição do Material	Und	Requisição mínima	Requisição máxima	Qtde Total
1	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho Manaus-AM para São Gabriel da Cachoeira-AM ou São Gabriel da Cachoeira-AM para Manaus-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	Ton	3	2	3
2	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para TUNUI-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do	Ton	3	6	6

		material no caso de ocorrência de sinistros				
3	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para CUCUÍ-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	Ton	3	3	6
4	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para PARÍ-CACHOEIRA (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros.	Und	1	1	7
5	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para IPANORÉ (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros.	Und	1	1	7

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. ~~O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:~~

~~I) ID PCA no PNCP: [...]~~

~~II) Data de publicação no PNCP: [...]~~

~~III) Id do item no PCA: [...]~~

~~IV) Classe/Grupo: [...]~~

~~V) Identificador da Futura Contratação: [...]~~

~~OU~~

Fl nº 31
RUBRICA

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. *[...]*

4.1.2. *[...]*

~~Indicação de marcas ou modelos~~

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (...)

~~Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço~~

4.3. Diante das conclusões extraídas do processo n. ____, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:

4.3.1. ...

4.3.2. ...

4.3.3. ...

~~Da exigência de carta de solidariedade~~

4.4. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.





~~OU~~

4.6. ~~É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:~~

4.7. ~~É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: (...).~~

4.8. ~~A subcontratação fica limitada a ..... [parcela permitida/percentual]~~

4.9. ~~O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.~~

Garantia da contratação

4.10. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

~~OU~~

4.11. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os Arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.

4.12. Em caso de opção pelo seguro-garantia, o particular deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.13. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.14. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.15. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços. (OBSERVAÇÃO: No entanto deve o participante buscar conhecimento sobre as peculiaridades hidrográficas da Região).

~~OU~~

4.16. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das ..... horas às ..... horas.







4.17. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.18. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.19. ... [incluir outras instruções sobre vistoria]

4.20. ... [incluir outras instruções sobre vistoria]

4.21. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.22. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. ***Início da execução do objeto: 5 (cinco) dias [da assinatura do contrato] OU [da emissão da ordem de serviço];***

5.1.2. ***Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:***

5.1.3. ***Os serviços serão solicitados pela 4ª Seção do Comando da 21ª Companhia de Engenharia de Construção, através de um DIEx - Requisição. Após isso, em havendo disponibilidade orçamentária, será efetuada a emissão da Nota de Empenho e a confecção do Contrato.***

5.1.4. ***A(s) Nota(s) de Empenho e Contrato serão enviadas para endereço de e-mail constante no cadastro no SICAFI ou da proposta de preços da empresa vencedora da presente licitação, crescendo de importância à atualização cadastral constante por parte do fornecedor.***

5.1.5. ***Será designado por esta Administração o Fiscal de Contrato e o Gestor de Contrato, onde prestaram toda e qualquer informação referente ao serviço e prazos a serem cumpridos.***

5.1.6. ***Os serviços serão prestados conforme os itinerários descritos nos diversos itens do objeto desse Termo de Referência. Os dias e horários de execução dos serviços, a princípio, serão de segunda à sexta-feira, da 09:00 às 16:30 horas e no caso de necessidade de mudanças, serão informadas pelo Fiscal de Contrato.***

5.1.7. ***A contratada deverá possuir conhecimento técnico e funcional dos portos fluviais onde ocorrerá os serviços.***

5.1.8. ***A contratada deverá, ao ser acionada pelo Fiscal de Contrato, providenciar os equipamentos, mão-de-obra e todo o material necessário para a execução do serviço.***

5.1.3. ***Para a prestação dos serviços de Transporte Fluvial de Cargas e de pessoal o atendimento deverá ser em até 24 Horas, após acionamento pelo fiscal de contrato através de ligação telefônica ou e-mail;***

5.1.3.9. Após o atendimento, a empresa prestadora do serviço, deverá emitir RELATÓRIO DE ATENDIMENTO TÉCNICO, que devem ser entregues ao Fiscal de Contrato ou Equipe de Apoio.

5.1.3.10. Comunicar imediatamente a CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail e telefone indicado na respectiva proposta de preços, como outras informações julgadas necessárias para o recebimento de correspondência encaminhada pela CONTRATANTE.

5.1.3.11. Informar previamente toda e qualquer alteração nas condições da prestação dos serviços que atinja direta ou indiretamente a CONTRATANTE.

5.1.3.12. Aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção a serem adotadas pela CONTRATANTE, no momento do fornecimento do serviço contratado.

5.1.3.13. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes na demora em executar o serviço bem como pelas perdas, até o efetivo recebimento dos serviços pela Contratante.

5.1.3.14. Manter, ainda, os seus funcionários identificados por crachá, quando da retirada e entrega dos materiais, devendo substituir imediatamente qualquer um

deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da CONTRATANTE.

5.1.3.15. Responder, também por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento do serviço.

5.1.3.16. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários no recinto da CONTRATANTE.

5.1.3.17. Executar os serviços, objetos deste Termo de Referência, em conformidade com todas as legislações vigentes, as especificações e características consignadas em sua proposta de preços, e ainda, quaisquer componentes adicionais necessários à execução dos serviços.

5.1.3.18. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CONTRATANTE, no tocante a execução do serviço, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no contrato a ser firmado.

5.1.3.19. Prover todos os meios necessários à garantia do pleno atendimento das obrigações ora assumidas, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

5.1.3.20. Não poderá alegar como motivo de força maior para justificar o atraso na prestação do serviço, a má execução ou a inexecução do Contrato decorrente deste certame.

5.1.3.21. Não transferir a terceiros o contrato a ser firmado, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, como também, não subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

5.1.3.22. Assumir todas as responsabilidades por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhistas em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

5.1.3.23. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, vitimar algum de seus empregados no decorrer da execução do serviço ou em conexão com eles.

5.1.3.24. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como, dar ciência a mesma imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato a ser firmado.

5.1.9. Cronograma de realização dos serviços:

5.1.10. Etapa ... Período / a partir de / após concluído ...

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: ***Cap Nobuo Oba, s/n, Bairro: cachoeirinha – São Gabriel da Cachoeira – AM, CEP: 69750-000, 21ª Companhia de Engenharia de Construção.***

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: ***O serviço poderá ser realizado de segunda a quinta no horário de 7h30min a 16:30h e sexta de 7h30min até 12h.***

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

I) O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante.

II) O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

III) A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

IV) A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133, de 2021.

V) A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

VI) O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

VII) As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

VIII) A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

IX) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

X) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

XI) A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

XII) Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas

XIII) O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

XIV) Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

XV) A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

XVI) O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

XVII) Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

XVIII) A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

XIX) Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

XX) O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

XXI) As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

XXII) Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório

XXIII) O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

XXIV) As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. **Substituir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas quaisquer materiais que não apresentem condições de funcionamento, problemas estruturais, e outros que coloquem em risco a integridade física dos servidores ou dos bens e equipamentos instalados;**

5.5.2. Para a perfeita execução dos serviços de transporte de fluvial, a Contratadadeverá prestar os serviços em embarcações devidamente autorizadas por órgãos competentes, para executarem os serviços de transporte de cargas, nos rios da Amazônia;
5.5.3. As embarcações deverão estar em perfeitas condições, para que seja prestado um serviço com qualidade e segurança.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. ***As eventuais aquisições decorrentes deste estudo devem estar em consonância com os interesses da Administração, e por consequência, o interesse público.***

5.6.2. ***Neste sentido, deve ser ressaltado que o serviço adquirido deve proporcionar à continuidade dos serviços, sobretudo, as demandas administrativas e operacionais de forma a estimular a eficiência dos recursos humanos empregados, assim como priorizar a eficácia no resultado dos trabalhos que dependam do serviço prestado.***

5.6.3. ***[.....].***

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período .....

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para

que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.18.1. ***(...)***

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4. [Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas];

7.5. [O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada];

7.6. [Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.].

7.7. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

7.8. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

7.9. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

7.10. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

7.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021.

Fl nº 94
RUBRICA

Do recebimento

7.12. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.13. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.14. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.15. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.16. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.17. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.18. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.19. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.20. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.21. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.22. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.23. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.24. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de .....(.....) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.25. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.26. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.27. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.28. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.29. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.30. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021,

comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.31. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.32. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.33. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.34. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.35. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.35.1. o prazo de validade;

7.35.2. a data da emissão;

7.35.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.35.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.35.5. o valor a pagar; e

7.35.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.36. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.37. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.38. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.39. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.40. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.41. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.42. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.43. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.44. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice XXXX de correção monetária.

Forma de pagamento

7.45. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.46. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.47. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.47.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.48. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

~~Antecipação de pagamento~~

7.49. A presente contratação permite a antecipação de pagamento ..... (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.

7.50. O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R$ ..... (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante – ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o contratante efetue o pagamento antecipado.

7.51. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:

7.51.1. ***R$..... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.***

7.51.2. ***(...)***

7.52. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.

7.52.1. ***No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.***

7.52.2. ***O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do ..... (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.***

7.53. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.

7.54. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até ..... (....) dias, contados do recebimento do ..... (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).

7.55. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.

7.56. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado:

7.56.1. ***comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo contratado, para a antecipação do valor remanescente;***

7.56.2. ***prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o ~~art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021~~, no percentual de ...%.***

7.57. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

Cessão de crédito

7.58. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.59. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.60. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.61. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.62. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes

todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.63. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

~~OU~~

8.2. ~~O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso ....., da Lei nº 14.133/2021 (indicar um dos incisos do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso concreto).~~

~~OU~~

8.3. ~~O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, ..., da Lei nº 14.133/2021 (indicar o caput ou um dos incisos do art. 74, da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso concreto).~~

Regime de execução

8.4. O regime de execução do contrato será [....].

Exigências de habilitação

8.5. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)

8.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.7. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.8. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.9. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.10. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.11. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.13. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.14. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.15. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.16. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.17. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.18. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.19. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.21. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.22. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.23. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.24. Ato de autorização para o exercício da atividade de ..... (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por ..... (especificar o órgão competente) nos termos do art. ..... da (Lei/Decreto) n° .....

8.25. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.26. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.27. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.28. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.29. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

8.30. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.31. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.32. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.33. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.34. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006,

estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.35. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.36. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.37. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.37.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.37.2. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.37.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.37.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.38. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de .....% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

8.39. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.40. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela empresa.

Qualificação Técnica

8.41. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.42. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.43. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente .....(escrever por extenso, se o caso), em plena validade;

8.43.1. ***Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.***

8.44. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.44.1. ***Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:***

8.44.1.1. [....];

8.44.1.2. [....];

8.44.1.3. [....].

8.44.2. ***Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.***

8.44.3. ***Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.***

8.44.4. ***O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.***

8.44.5. ***Prova de atendimento aos requisitos ....., previstos na lei .....:***

8.45. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.45.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.45.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.45.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.45.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.45.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.45.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta; e

8.45.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de ***R$ 2.162.999,96 (dois milhões cento e sessenta e dois mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)***, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

~~OU~~

9.2. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R$.....

~~OU~~

Fl nº 57
RUBRICA

9.3. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato

9.5. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.5.1. ***em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;***

9.5.2. ***em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;***

9.5.3. ***serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou***

9.5.4. ***poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.***

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.6. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.6.1. ~~A contratação será atendida pela seguinte dotação:~~

~~I) Gestão/Unidade: [...];~~
~~II) Fonte de Recursos: [...];~~
~~III) Programa de Trabalho: [...];~~
~~IV) Elemento de Despesa: [...];~~
~~V) Plano Interno: [...];~~

9.7. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)

Fl nº 38
RUBRICA

São Gabriel da Cachoeira-AM, 08 de julho de 2024.

FELIPE BRAGA RIBEIRO DA SILVA – Cap.
Chefe da Seção Obras da 21ª Cia E Cnst

DESPACHO DO FISCAL ADMINISTRATIVO:

1. Aprovo o presente Termo de Referência.

2. Encaminhe-se para o Ordenador de Despesas para aprovação e ordenação do início dos trâmites licitatórios.

JESIMAR DE CAMARGO – Cap
Fiscal Administrativo da 21ª Cia E Cnst

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS:

Determino, portanto, que a Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC), adote todas as providências cabíveis, de acordo com as normas em vigor.

São Gabriel da Cachoeira-AM, 08 de julho de 2024.

JOSINALDO LOPES DE MENESES – Ten Cel
Ordenador de Despesas 21ª Cia E Cnst

21° Cia E CNST FL Nº 59 Rubrica

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – Resíduos

Obras ou serviços de engenharia que gerem resíduos, definidos como:

"são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha" (Resolução CONAMA n° 307/2002, art. 2°, inciso I)

Os resíduos da construção civil subdividem-se em quatro classes (art. 3° da Resolução):

I - Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;

b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;

c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;

II - Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso; (Redação dada pela Resolução nº 469/2015);

III - Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação;

IV - Classe D - são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde.

LEGISLAÇÃO	- Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, com alterações introduzidas pelas Resoluções CONAMA nº 348/2004, nº 431/2011, nº 448/2012 e 469/2015). - Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos (alterada pela Lei nº 14.026/2020).

21ª Cia E CNST FL Nº 60 Rubrica

	- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010 (Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências).
PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	• Os geradores de resíduos da construção civil devem ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. • Os pequenos geradores devem seguir as diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, elaborado pelos municípios e pelo Distrito Federal, em conformidade com os critérios técnicos do sistema de limpeza urbana local. • Os grandes geradores deverão elaborar e implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil próprio, a ser apresentado ao órgão competente, estabelecendo os procedimentos necessários para a caracterização, triagem, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequados dos resíduos. • Os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas. Ao contrário, deverão ser destinados de acordo com os seguintes procedimentos: I. Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros; II. Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura; III. Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; IV. Classe D: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas. • O Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, nas condições determinadas pela Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes. • Os contratos de obras e serviços de engenharia deverão exigir o fiel cumprimento do PGRCC, sob pena de multa, estabelecendo, para efeitos de

21º Cia E CNST FL Nº 62 Rubrica

	fiscalização, que todos os resíduos removidos deverão estar acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT disponibilizando campo específico na planilha de composição dos custos.
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	**NAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA:** **1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO - item de obrigações da contratada:** "A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010.
PRECAUÇÕES	- A Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, em seu art. 3º, § 2º, determina que "As embalagens de tintas usadas na construção civil serão submetidas a sistema de logística reversa, conforme requisitos da Lei nº 12.305/2010, que contemple a destinação ambientalmente adequados dos resíduos de tintas presentes nas embalagens. (*Redação dada pela Resolução nº 469/2015).*" - O órgão deverá verificar se existe legislação estadual ou local específica disciplinando o tema. - As embalagens vazias de tintas imobiliárias são consideradas resíduos de Classe B. - O §1º do art. 3º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002 conceitua embalagens vazias de tintas imobiliárias, como aquelas cujo recipiente apresenta apenas filme seco de tinta em seu revestimento interno, sem acúmulo de resíduo de tinta líquida. - Sendo assim, orienta-se que esse tipo de recipiente seja direcionado para os canais tradicionais de reciclagem já disponíveis ao público em geral. Tais embalagens, constituídas em geral de aço, possuem um valor de revenda significativo, sendo reaproveitadas no processo produtivo de setores como o siderúrgico. - Lembramos novamente que aqueles que atuam com a atividade de implantação, pavimentação ou ampliação de rodovias, ferrovias, hidrovias, metropolitanos; construção de barragens e diques; construção de canais para drenagem; retificação do curso de água; abertura de barras, embocaduras e canais; transposição de bacias hidrográficas, construção de obras de arte e outras obras de infraestrutura também devem estar registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente

21° Cia E CNST FL Nº 62

	Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. OBS: **Somente as obras civis acima referidas estão obrigadas ao registro no CTF-Ibama. As construtoras de edifícios, por exemplo, não são obrigadas ao registro no CTF-Ibama.** - Alertamos, também, que o destinador final dos resíduos da construção civil deve estar registrado e regular no CTF-Ibama, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide (Categoria: Serviços de Utilidade; Código: 17-65; Descrição: Construção civil. Disposição de resíduos especiais: Lei nº 12.305/2010: art. 13, I, "h") - Por fim, esclarecemos que a pessoa jurídica que executa a atividade de gerenciamento de resíduos sólidos não perigosos e de gerenciamento de resíduos sólidos perigosos (na geração, operação, transporte, armazenamento e destinação final) também deve estar registrada e regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA). Essa mesma pessoa jurídica deve possuir um responsável técnico também inscrito no CTF/AIDA, nos termos da Lei nº 6.938, de 1981 e Anexo I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013. Sendo assim, as disposições específicas deste Guia sobre CTF/AIDA também devem ser seguidas.

Fl nº 63
RUBRICA

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO
NUP: 64411.000035/2024-75

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 900010/2024 **- 21ª Cia E Cnst – UASG: 160022**

1. Com amparo no **Parágrafo único do Art. 13 da Portaria Nº 305, de 24 de maio de 1995,** que aprova as Instruções Gerais para Realização de Licitações e Contratos no Ministério do Exército (IG 12-02)**, AUTORIZO** o início do procedimento licitatório e determino a abertura do processo correspondente á elaboração de registro de preço para serviço do Pregão Eletrônico (SRP) Nº 900010/2024 **TRANSPORTE FLUVIAL TIPO EMPURRADOR DE BALSA 300 TONELADAS DE MATERIAL E PESSOAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO.**

2. A Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC) tome as providências cabíveis.

São Gabriel da Cachoeira, AM, 06 de agosto de 2024.

JOSINALDO LOPES DE MENESES – Ten Cel
Ordenador de Despesa da 21ª Cia E Cnst

Fl nº 64

RUBRICA

AUTORIZAÇÃO DE DESPESA

NUP: 64411.000035/2024-75

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 900010/2024 **- 21ª Cia E Cnst – UASG: 160022**

AUTORIZO, em observância ao disposto no **Artigo 3° do Decreto n° 10.193, de 27 de dezembro de 2019,** a despesa prevista neste Processo Administrativo, que visa o registro de preços objetivando a **contratação de serviços de transporte fluvial tipo empurrador de balsa 300 toneladas de material e pessoal para atender as necessidades da 21ª companhia de engenharia de construção.**

São Gabriel da Cachoeira, AM, 06 de agosto de 2024.

JOSINALDO LOPES DE MENESES – Ten Cel
Ordenador de Despesa da 21ª Cia E Cnst

21ª CIA E CNST
FL Nº 65
RUBRICA

Resumo da IRP

Órgão da UASG	UASG Gerenciadora	Nº da IRP
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CO	160022 - 00026/2024

Lei	Modalidade da Compra	Critério de Julgamento
Lei nº 14.133/2021	Pregão Eletrônico	Menor Preço/Maior Desconto

Data Provável da Licitação	Prazo Estimado de Validade da Ata	Compra Nacional	Gerenciada/Autorizada ME/SGD
30/08/2024	12	Não	Não

Gestor de Compras

Gestor de Compras Responsável

Nome	CPF
ERICK JUNIOR BARBOSA MIRANDA	057.470.362-46

DDD/Telefone	DDD/Fax	E-mail
97 84463236		21cia.salc@gmail.com

Gestor de Compras Substituto

Nome	CPF

DDD/Telefone	DDD/Fax	E-mail

UASG Gerenciadora

UASG Gerenciadora	Órgão da UASG
160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRU	52121 - COMANDO DO EXERCITO

Logradouro	Número	Complemento
AREA CAP. NOBUO OBA, S/N - BAIRRO CACHOEIRINHA		

Bairro	Município	CEP
	São Gabriel da Cachoeira/AM	69750000

Itens da IRP

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade		
1	Serviço	24775-Serviço de Transporte Hidroviário	UNIDADE	Menor Preço	92.733,3300	160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	São Gabriel da Cachoeira/AM	3
2	Serviço	24775-Serviço de Transporte Hidroviário	UNIDADE	Menor Preço	82.433,3300	160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	São Gabriel da Cachoeira/AM	1
3	Serviço	24775-Serviço de Transporte Hidroviário	UNIDADE	Menor Preço	65.366,6600	160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	São Gabriel da Cachoeira/AM	2



Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade		
4	Serviço	24775-Serviço de Transporte Hidroviário	UNIDADE	Menor Preço	54.714,2800	160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	São Gabriel da Cachoeira/AM	7
5	Serviço	24775-Serviço de Transporte Hidroviário	UNIDADE	Menor Preço	42.000,0000	160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	São Gabriel da Cachoeira/AM	7

5 registros encontrados, exibindo todos os registros.

Adicional

Observação

Anexo(s)

Nenhum registro a ser exibido.

Fechar

21ª Cia E Cnst
FL Nº 67
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1ª Brigada Estratégica/1908)
"BRIGADA ARARIGBÓIA"

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DE PARTICIPAÇÃO EM INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

IRP 0023/2024 do Pregão Eletrônico SRP 90010/2024 - UASG nº **160022 – 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO**, Órgão Gerenciador.

Objeto: Transporte Hidroviário - Contratação de empresa para execução do serviço de empurrador de balsa.

1. Considerando a definição de ***órgão participante*** como "órgão ou entidade da administração pública federal que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e íntegra a ata de registro de preços".

2. Considerando as competências do ***órgão participante***, nos termos do Art. 8 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, abaixo transcrito:

> *Art. 8º Compete ao órgão ou à entidade participante, que será responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços:*
> *I - registrar no SRP digital sua intenção de participar do registro de preços, acompanhada:*
> *a) das especificações do item ou do **termo de referência** ou projeto básico adequado ao registro de preços do qual pretende participar;*
> *b) da estimativa de consumo; e.*
> *c) do local de entrega;*
> *II - garantir que os atos relativos à inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;*
> *III - solicitar se necessário, a inclusão de novos itens, no prazo previsto pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, acompanhada das informações a que se refere o inciso I e da pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais e regionais;*
> *IV - manifestar, junto ao órgão ou à entidade gerenciadora, por meio da IRP, sua concordância com o objeto, anteriormente à realização do procedimento licitatório ou da contratação direta;*
> *V - auxiliar tecnicamente, por solicitação do órgão ou da entidade gerenciadora, as atividades previstas nos incisos IV e VII do **caput** do art. 7º;*
> *VI - tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;*
> *VII - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;*
> *VIII - zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;*
> *IX - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora e registrá-las no SICAF; e.*
> *X - prestar as informações solicitadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.*

3. Considerando que foi registrada no sítio www.comprasnet.gov.br, por meio de senha pessoal da SALC da UASG interessada, a manifestação de interesse em participar do registro de preços, sendo registrada na IRP do órgão gerenciador a estimativa de consumo, o local de entrega e demais elementos considerados pertinentes, cumprindo desta forma o que prescreve os Art. 9 e 10 do Decreto Nº 11.462, de 31 de março de 2023.

4. Os itens e as quantidades de interesse da 2ª Brigada de Infantaria de Selva na participação da IRP 0023/24 da 21ª Cia E Cnst, são os abaixo relacionados:

21ª Cia E CNST FL Nº 68

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA * (Considerado uma unidade o trajeto de ida e volta)	Req min	Req máx.	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho de São Gabriel da Cachoeira-AM para Manaus-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros.	24775	Und	1	1	3	R$ 92.733,33	R$ 278.199,99
2	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para TUNUI-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	24775	Und	1	1	6	R$ 82.433,33	R$ 494.599,98
3	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para CUCUÍ-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	24775	Und	1	1	6	R$ 65.366,66	R$ 392.199,96
4	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para PARÍ – CACHOEIRA (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	24775	Und	1	1	7	R$ 54.714,28	R$ 382.999,96
5.	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para IPANORÉ (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	24775	Und	1	1	7	R$ 42.000,00	R$ 294.000,00
TOTAL:								**R$ 1.841.999,89**

21ª Cia E CNST
FL Nº 69

5. Justificativa da Contração:

O 2° Batalhão Logístico de Selva (2° B Log Sl), Organização Militar subordinada a 2ª Brigada de Infantaria de Selva, possui missões de apoio às Organizações Militares (OM) vinculadas a 2ª Bda Inf Sl tanto em treinamentos quanto para emprego em casos de situação de guerra. Em períodos de paz, como o atual, atua colaborando na solução de problemas de transporte de pessoal em nível local, regional, em particular, da região norte do estado do Amazonas. Sua sede localiza-se em São Gabriel da Cachoeira/AM por esse e outros motivos, o 2° B Log Sl vem executando apoio logístico aos Pelotões Especais de Fronteira, PEF (onde militares permanecem no extremo norte de nosso país mantendo a soberania do território nacional), bem como às comunidades ribeirinhas. Para o efetivo apoio dos PEF, o meio fluvial possui extreme importância no transporte de pessoal. Diante da apresentação do apoio que o 2° B Log Sl está encarregado verifica-se que a localização de algumas destas frentes é de difícil acesso, sendo o meio aéreo ou fluvial o único disponível. Desta feita, através deste Estudo Técnico Preliminar, se faz necessário a utilização de transporte fluvial partindo de São Gabriel da Cachoeira/AM para destinos na região do extremo norte do estado do Amazonas (conforme item 2.1.1), objetivando a disponibilidade nas frentes de serviços que estão sob responsabilidade do 2° B Log Sl. Isso visa atender aos setores administrativos e operacionais, para que não tragam nenhum atraso ou prejuízo para esta Organização Militar. Todos os itens relacionados são necessários às atividades que esta Organização Militar desempenha.

6. Bens e Serviços Comuns:

De acordo com o Art. 6°, inciso XIII, XLI e Art. 29° caput da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, a natureza do objeto a ser contratado é comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, aos quais especificamente estarão objetivamente definidos no Termo de Referência (Anexo I ao Edital).

7. Local de entrega: 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA Área Capitão Nobuo Oba s/n° – Cachoeirinha. São Gabriel da Cachoeira - Amazonas, CEP 69750000, de segunda a quinta-feira às 09:00h às 12:00h e 13:00h às 15:30h e sextas-feiras das 08:00h às 12:00hs, e-mail: salc2blogsl2023@gmail.com.

8. Concordância com o objeto da licitação:

Há concordância desta Unidade Gestora Participante com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos preços estimados, nos termos:

a) **Participar** do Pregão Eletrônico **SRP n° 90010/2024 e IRP n° 0023/2024** do **21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO** (UASG **160022**), na condição de **UG participante UASG: 2ª Brigada de Infantaria de Selva (160515),** que tem como finalidade de proceder ao Registro de Preços para serviço de Transporte Hidroviário - Contratação de empresa para execução do serviço de empurrador de balsa. Visando atender demandas da Unidade Gestora Gerenciadora (UGG) **e** das demais Unidades Gestoras Participantes (UGP) do Grupo de Coordenação e Acompanhamento de Licitações e Contratos (GCALC) / 21ª Cia E Cnst da Guarnição de São Gabriel da Cachoeira.

b) conforme previsão do art. 14 do Decreto n° 10.024/19e do Art. 8 do Decreto n° 11.462/23, **ratifica-se a justificativa do requisitante quanto à necessidade do objeto da aquisição, autorizando-se o lançamento das necessidades nos termos do art. 9 e 10 do Decreto N° 11.462, de 31 de março de 2023**;

São Gabriel da Cachoeira – AM, 16 de julho de 2024.

SAMUEL SANTOS BARBOSA – **Cap**
Fiscal Administrativo do 2° B Log Sl

21ª Cia E CNST
FL Nº 70
Rubrica

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

A. Autorizo a participação na IRP 07/2024 do Pregão Eletrônico SRP 90003/2024 da UASG 160545 – HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA;

B. Nos termos do inciso VI, do art. 7º, do Decreto nº 11.462/23, esta UG concorda com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência; e.

C. Encaminhe-se o Demonstrativo da Necessidade da Contratação ao Ordenador de Despesas da Unidade Gerenciadora.

São Gabriel da Cachoeira – AM, 16 de julho de 2024.

THIAGO LEONARDO FERREIRA **CIPRIANO** – **Maj**
Ordenador de Despesa da Atv Meio e Finalística da 2ª Bda Inf Sl

21ª Cia E CNST
FL Nº 71
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1ª Brigada Estratégica/1908)
"BRIGADA ARARIGBÓIA"

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)
NUP: 64411.000035/2024-75

Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA – EXÉRCITO BRASILEIRO **2º Batalhão Logístico de Selva**	
Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): Companhia de Transporte do 2º B Log Sl	
Responsável pela Demanda: 2º Ten BRUNO **CAMILO** CAVALCANTI DE OLIVEIRA	**Amparo:** Art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei 14133/21
E-mail: salc2blogsl2023@gmail.com	**Telefone:** (11) 94136-8913

1. Justificativa da necessidade da aquisição, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso.

1.1. A 2ª Brigada de Infantaria de Selva, localizada na região do país conhecida como "cabeça do cachorro", se encontra no município de São Gabriel da Cachoeira – AM, e é composta além de si própria, de mais 12 (dose) Organizações Militares, que são elas, 5º Batalhão de Infantaria de Selva (5º BIS), o 2º Batalhão Logístico de Selva (2º B Log Sl), 22º Pelotão de Polícia do Exército (22º PEL PE), 2º Pelotão de Comunicações de Selva (2º Pel Com Sl), Companhia de Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva (CIA C/ 2ª BDA INF SL), e ainda os Pelotões de Fronteira (PF) distribuídos na bacia do Rio Negro, no total de 07 (sete) destacamentos, O 2º Batalhão Logístico de Selva, subordinado a 2ª Brigada de Infantaria de Selva tem, por característica, os apoios diretos com insumos às organizações militares da região de São Gabriel da Cachoeira- AM, apoio este de fundamental importância, pois, como exemplo, nos Pelotões de Fronteira o único apoio logístico que os militares e suas famílias que nestas localidades residem é feito através de meios fluviais, para que a atividade de resuprimento ocorra, faz-se necessário que os meios de transporte fluviais estejam em amplo e contínuo funcionamento e que o 2º B Log SL tenha condições dobradas de mobilidade, e a elaboração de um processo licitatório traz esta possibilidade de ampliação da capacidade operacional desta OM.

1.2. A eventual contratação do objeto em tela visa prover um aumento na capacidade logística da seção fluvial do 2º Batalhão Logístico de Selva.

1.3. Fez-se um levantamento das necessidades por meio dos integrantes do COL (Centro de Operações Logísticas) do 2º B Log Sl, onde há profissionais especializados, capazes de realizar um planejamento satisfatório e que atenda as demandas exigidas por um período de 12 meses. Essa demanda também se baseou nos levantamentos realizados em apoios diretos do 2º B Log Sl em proveito das OMDS (Organização Militar Diretamente Subordinada) da 2º Bda Inf Sl.

1.4. As especificações descritas, o detalhamento do objeto, as características, os requisitos, o valor estimado do objeto, foram regularmente determinados pelo setor competente da Administração, e a eventual contratação, se dará através do sistema de registro de preços e esta legitimada e regulamentada no âmbito da União Federal pela nova Lei de Licitações e Contratos 14.133/21, que também prevê a utilização do Sistema de Registro de Preços nas contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na modalidade pregão, ou seja, é possível a utilização do Sistema de Registro de Preços nas contratações de bens e serviços comuns, através da modalidade Pregão, de acordo com as disposições contidas no parágrafo 5º do Art.82 da Lei 14.133/21.

1.5. Justifica-se, portanto, a eventual contratação de serviço de empurrador de balsa, em função da necessidade de ampliar a capacidade Logística da 2ª Brigada de Infantaria de Selva e especificamente do 2º B Log SL, por se tratar de uma Organização Militar de apoio logístico como já foi mencionado acima, trazendo assim maior operacionalidade em suas respectivas atribuições, e visando aumento do cumprimento de todas as atividades conduzidas pelos setores de transporte fluvial destas Organizações Militares, a modalidade de Licitação utilizada será o Pregão na sua forma Eletrônica e utilizará o Sistema de Registro de Preços em conformidade ao Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, art. 3º Incisos I e V, transcritos abaixo:

"Inciso I, quando, pelas características do objeto houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;" ***– os itens licitados são necessários durante todo o transcorrer do ano; e.***

Inciso V, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração;

– em face da impossibilidade de prever com exatidão as quantidades a serem adquiridas, no período de 12 (doze) meses, evitando-se, assim, a realização de múltiplos processos administrativos, além de desperdício de tempo processual, e dos custos de capital humano empregado nas mais diversas etapas envolvidas, por ocasião da realização de novos processos, ratificando ainda mais a opção pelo SRP.".

1.6. A presente justificativa está alinhada com o Objetivo Estratégico Organizacional 4 (integrar-se ao novo e efetivo Sistema Logístico Militar Terrestre). Com esse objetivo pretende-se mitigar as dificuldades impostas pelo ambiente Amazônico ao Sistema Logístico, considerando as prioridades e peculiaridades das áreas estratégicas e HE, as Organizações Militares (OM) que nelas serão empregadas, a carência estrutural de recursos e os planos de mobilização estabelecidos; aproximar a estrutura logística de paz à de guerra; mobiliar, progressiva e seletivamente, a cadeia logística com as instalações e meios necessários; implementar um sistema integrado de gestão logística; e, aperfeiçoar o Sistema Logístico, de modo a facilitar a obtenção de informações em todos os níveis.

2. Descrição sucinta do objeto.

Contratação de serviço de empurrador para transportar Balsa, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

3. Quantidade de material a ser adquirido

As quantidades descritas no presente foram estimadas através da seguinte metodologia: Fez-se um levantamento das necessidades por meio dos integrantes do COL do 2º B Log Sl, onde há profissionais especializados, capazes de realizar um planejamento satisfatório e que atenda as demandas exigidas por um período de 12 meses. Essa demanda também se baseou nos levantamentos realizados em apoios diretos do 2º B Log Sl em proveito das OMDS da 2ª Bda Inf Sl, e estão abaixo discriminadas:

ORD	CATSER	DESCRIÇÃO DETALHADA SERVIÇO / TRAJETO (LOCALIDADES A SEREM ATENDIDAS)	UND	REQ MÁX	REQ MIN
1	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho Manaus-AM para São Gabriel da Cachoeira-AM ou São Gabriel da Cachoeira-AM para Manaus-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	Sv	03	01
2	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para TUNUI-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	Sv	01	01
3	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para CUCUÍ-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	Se	02	01
4	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para PARÍ – CACHOEIRA (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	Sv	7	1
5	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para IPANORÉ (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros.	Sv	7	1

4. Estimativa do valor da contratação:

O valor preliminar da contratação foi obtido através de orçamentos com fornecedores que trabalham com o serviço almejado.

5. Previsão de data em que deve ser iniciado o serviço

A data para início do fornecimento do material será posterior à homologação do Pregão Eletrônico, e inclusão da data da vigência da Ata SRP no SIASG, devendo-se considerar, inclusive, a disponibilidade de créditos que, possam ser descentralizados pelo Comando do Exército, através cadeia de Comando e demais órgãos participantes, de acordo com as necessidades que venham a ser apresentadas por esta Organização Militar.

6. Grau de prioridade da compra ou da contratação

A metodologia aplicada na aferição da prioridade da contratação advém de um levantamento feito com todas as contratações planejadas no Plano Anual de Contração 2023, da 2ª Bda de Inf Sl, onde é analisada qual contratação tem maior impacto na atividade fim da 2ª Bda Inf Sl.

( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto

7. Vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda

Não há vinculação ou dependência deste objeto com nenhum outro documento de Formalização de Demanda da 2ª Bda Inf Sl.

8. Indicação do membro da equipe de planejamento e se necessário o responsável pela fiscalização

BRUNO **CAMILO** CAVALCANTI DE OLIVEIRA – **2º Ten** - Chefe da Equipe
EVERTON RIBEIRO **BELTRAME** – **1º Sgt** – Membro da Equipe

DESIGNAÇÃO DA EQUIPE: Conforme BI Nr 68, de 16/07/2024, do 2º B Log Sl.

São Gabriel da Cachoeira-AM, 2 de julho de 2024.

BRUNO **CAMILO** CAVALCANTI DE OLIVEIRA – **2º Ten**
Chefe da Equipe

EVERTON RIBEIRO **BELTRAME** – **1º Sgt**
Membro da Equipe

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1ª Brigada Estratégica/1908)
"BRIGADA ARARIGBÓIA"

APÊNDICE "A"

ESTUDO_TÉCNICO_PRELIMINAR

PROCESSO NUP: **64411.000035/2024-75**

1. INTRODUÇÃO

1.1. DA FINALIDADE

O presente estudo tem por escopo analisar a viabilidade da **Eventual aquisição de serviço de contratação de empurrador de balsa** em prol da 2ª Brigada de Infantaria de Selva (2ª Bda Inf Sl) e suas respectivas Organizações Militares Diretamente Subordinadas (OMDS), com fins a suprir às necessidades logísticas e operacionais referente a TRANSPORTE DE MATERIAL E PESSOAL no Médio e Alto Rio Negro; bem como, complementar a análise dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência que compõe o processo **NUP**: **64411.000035/2024-75** do 2º B Log Sl, conforme orientação para possibilidade de prosseguimento, de forma a melhor resguardar os interesses da Administração.

1.2. ÁREA REQUISITANTE: **Cia Trnp - 2º B Log Sl**

Responsáveis **(BI Nr 68, de 16/07/2024, do 2º B Log Sl)**

a. BRUNO **CAMILO** CAVALCANTI DE OLIVEIRA – **2º Ten** (Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação)

b. EVERTON RIBEIRO **BELTRAME – 1º Sgt** (Membro da Equipe de Planejamento da Contratação)

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. O 2º Batalhão Logístico de Selva (2º B Log Sl) possui missões de apoio às Organizações Militares (OM) vinculadas a 2ª Bda Inf Sl tanto em treinamentos quanto para emprego em casos de situação de guerra. Em períodos de paz, como o atual, atua colaborando na solução de problemas de transporte de pessoal em nível local, regional, em particular, da região norte do estado do Amazonas. Sua sede localiza-se em São Gabriel da Cachoeira/AM por esse e outros motivos, o 2º B Log Sl vem executando apoio logístico aos Pelotões Especais de Fronteira, PEF (onde militares permanecem no extremo norte de nosso país mantendo a soberania do território nacional), bem como às comunidades ribeirinhas. Para o efetivo apoio dos PEF, o meio fluvial possui extreme importância no transporte de pessoal.

21ª Cia E CNST
FL Nº 75
Rubrica

2.2. Diante da apresentação do apoio que o 2º B Log Sl está encarregado verifica-se que a localização de algumas destas frentes é de difícil acesso, sendo o meio aéreo ou fluvial o único disponível. Desta feita, através deste Estudo Técnico Preliminar, se faz necessário a utilização de transporte fluvial partindo de São Gabriel da Cachoeira/AM para destinos na região do estado do Amazonas, objetivando a disponibilidade nas frentes de serviços que estão sob responsabilidade do 2º B Log Sl. Isso visa atender aos setores administrativos e operacionais, para que não tragam nenhum atraso ou prejuízo para esta Organização Militar. Todos os itens relacionados são necessários às atividades que esta Organização Militar desempenha.

2.3. Da fase preparatória

2.3.1. A presente contratação pode ser objetivamente especificada por meio de padrões usuais de mercado. Desta forma, **conforme Art. 18 da Lei 14.133/21**:

> *"Art. 18 - A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-secom o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do* ***caput*** *do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos... II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso...".*

2.4. Da Classificação dos Serviços

2.4.1. Os serviços a serem eventualmente contratados são considerados comuns por possuírem características que podem ser objetivamente definidas no edital e anexos, não necessitando de avaliação minuciosa (obras e serviços de engenharia, por exemplo) e sendo encontrados facilmente no mercado, enquadrados no art. 6º, XIII, da Lei 14.133/31;

2.4.2. De acordo com o art. 6º, XIII, da Lei 14.133, de 2021, onde temos *"XIII - bens e* ***serviços comuns:*** *aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;"*, assim como para a utilização do Pregão conforme, também, o artigo 6º. " *XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;*".

3. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
Cia Trnp - 2º B Log Sl	BRUNO **CAMILO** CAVALCANTI DE OLIVEIRA – 2º **Ten**

21º Cia E CNST
FL Nº 76
Rubrica

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá considerar o ponto de partida e ponto de chegada conforme designado pelo contratante, não sendo consideradas as despesas com traslados e posicionamento de embarcações.

4.2. O licitante deverá ter ciência de toda logística de transporte dos itens em questão.

4.3. Por se tratar de uma estimativa, as quantidades indicadas na tabela do Anexo I - TR não constituem, em hipótese alguma, compromisso futuro para a CONTRATANTE, razão pela qual não poderá ser exigida, nem considerada como valor para pagamento mínimo, podendo sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, sem que isso justifique qualquer indenização à CONTRATADA. As quantidades de serviços de transporte fluviais serão contratadas em função da liberação de recursos, conforme Contrato de Objetivos Logísticos do Comando Logístico do Exército e da disponibilidade orçamentária.

4.4. Os licitantes deverão atentar-se pela descrição de cada item, conforme detalhado no Anexo I-TR.

4.5. Contratação de empresas para futura e eventual prestação de serviços de Transporte Fluvial, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

4.6. O prazo da vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Termo de contrato/Ata de Registro de Preços na forma do Artigo 105 da Leu 14.133/21.

4.7. De acordo com a IN-01/10 SLTI/MPOG Art 5º a empresa deverá comprovar por meio de documento expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprobatório de que adota as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental:

4.7.1. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.8. O compromisso e responsabilidade com a Sustentabilidade Ambiental exigido para habilitação pode ser feito da seguinte forma:

4.8.1. Conforme previsto no art. 5º da IN nº 01/2010/MPOG, em que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.8.2 Com a declaração de documento comprobatório (atestado, declaração, certificado, registro, credenciamento, etc.) emitido por Órgão Público de qualquer ente da Federação que tenha competência legal na área ambiental que o produto ofertado, comercializado, ou por fornecedor, distribuidor ou fabricante está devidamente cadastrado, registrado, ou por meio de outro procedimento no respectivo órgão.

21ª Cia E CNST
FL Nº 77
Rubrica

4.9 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.9.1 O Licitante deverá ser credenciado regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme da IN SLTI/MPOG nº 3, de 2018.

4.9.2 Apresentar Carta de Tripulação e Segurança;

4.9.3 Apresentar Certificado de Borda Livre

4.9.4 Apresentar Registro na Anatel, caso possua;

4.9.5 Apresentar Título de Propriedade;

4.9.6 Apresentar Certificado de Livre Prática;

4.9.7 Apresentar Certificado de Arqueação;

4.9.8 Apresentar Seguro Obrigatório;

4.9.9 **Apresentar Certificado de Registro de Armador, conforme artigo 15 e artigo 16 da Lei no 7.652 de 03 de fevereiro de 1998;**

4.9.10 Apresentar apólice de seguro P&I vigente das embarcações.

4.9.11 Todos os requisitos serão analisados pela equipe de fiscalização do contrato durante a formalização deste, após a emissão da nota de empenho, para o aceite da execução dos serviços, verificando se estão sendo atendidas as normas legais verificando se estão sendo atendidas as normas legais conforme as especificações e peculiaridades das embarcações, por exemplo o tamanho, visto que há itens para 09 passageiros mais tripulante.

4.9.12 Para os itens 4.9.8, 4.9.11 deve ser apresentado obrigatoriamente na formalização do contrato (emissão da eventual nota de empenho), tendo em vista o firmado compromisso na realização dos serviços. Visando amparar essa administração com a devida segurança jurídica da contratação e ainda a garantia de ressarcimento nos casos de carga/encomendas e o amparo do seguro de vida no transporte de pessoas, devendo a empresa vencedora apresentar solução para atender estas garantias/segurança.

4.10 Os serviços a serem contratados não serão continuados tendo um período de duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário de conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no Artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.11 A empresa contratada deverá seguir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, quando couber:

4.11.1 Observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, especialmente o disposto no seu artigo 6º, incisos I a VII, da Secretaria de Logística da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão;

21º Cia E CNST
FL Nº 7,8
Rubrica

4.11.2 Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.11.3 Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

4.11.4 Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.11.5 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.11.6 Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.11.7 Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

4.11.8 Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

4.11.9 Observar as imposições normativas editadas por órgãos de proteção ao meio ambiente, tais como CONAMA, IBAMA, Ministério do Meio Ambiente e outros atinentes ao objeto do certame.

4.11.10 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.11.11 As distâncias podem sofrer alterações devido as condições de cheia e vazante do rio, bem como das condições de navegabilidade com segurança.

4.11.12 A eventual Contratada disponibilizará a tripulação bem como o Prático durante todo o deslocamento para fins de navegar com a embarcação.

21ª Cia E CNST
FL Nº 79
Rubrica

4.12 Os Requisitos da Contratação podem compor: Informações Relevantes para o Dimensionamento da Proposta, Requisitos da Contratação, Critérios de Sustentabilidade do Termo de Referência, Anexo I – TR.

4.13 Dos Requisitos de Qualificação Técnica e Econômico-financeira constam Justificativas juntadas ao Processo, e será levado em análise as respectivas Notas Explicativas que estão no modelo de minuta do Termo de Referência da AGU.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Inicialmente informamos acerca da pesquisa de mercado pelo uso da "CESTAS DE PREÇOS" que foi realizada seguindo os parâmetros da Instrução Normativa nº 65-SLTI/MPOG, de 7 de junho de 2021, com prioridade para a utilização do painel de preço/Comprasnet;

5.2. utilizado como apoio o Guia de orientação - Pesquisa de Preços da 3ª ICFEx, disponível em http://intranet.3icfex.eb.mil.br/downloads/guia_pesquisa_de_precos.pdf e o Caderno de Logística de Pesquisa de Preços/2024, disponível no link https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/caderno-de-pesquisa-de-precos-2023_final.pdf//.

5.3. Consta junto a Relatório da pesquisa de preços as Justificativas detalhadas sobre o Levantamento de Mercado, Justificativas para a Escolha dos Fornecedores.

5.4 A pesquisa realizada se deu com base na análise do Painel de Preços e diretamente com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, com os orçamentos consolidados no relatório de pesquisa de preços, tendo em vista a especificidade dos itens do Processo.

5.5. Outrossim, é preciso levar em consideração que a Cidade de São Gabriel da Cachoeira/AM, está localizada a aproximadamente 850 quilômetros, em linha reta, da cidade de Manaus/AM, sendo possível o deslocamento entre as duas cidades apenas através do modal aéreo ou fluvial. Portanto, as condições geográficas da cidade acabam por encarecer bastante o frete e passagens, e torna ainda mais difícil a pesquisa de preços através dos sítios oficiais, inclusive a pesquisa através de sites de empresas especializadas na prestação dos serviços.

5.6. Diante do exposto, foram coletados orçamentos no painel de preços e junto as empresas especializadas no ramo pertinente através de e-mail. Com base nestas fontes foram cotados os itens que visam atender as necessidades da 2ª Brigada de Infantaria de Selva e demais Organizações Militares Vinculadas.

5.7. Sendo assim, foram identificadas as seguintes soluções para atendimento das necessidades apontadas com base no levantamento de mercado: Pregão, eletrônico (Comum ou SRP), adesão, dispensa de licitação. Ainda, para análise da solução mais adequada, também foi verificado o valor total das diárias conforme Calendário de eventos com os limites previstos para asdiferentes formas de Contratação (de acordo com a Lei 14.133/21);

21ª Cia E CNST
FL Nº 80
FL Nº
Rubrica

5.7.1. Das análises foram verificadas algumas possibilidades de soluções, conforme abaixo:

Solução	Descrição Completa	Valor Estimado	Viável? (SIM ou NÃO)
Pregão Comum	a_ Considera a realização de pregão eletrônico, uma vez que os valores não possuem limites de teto, respeitando a legislação vigente para sua elaboração. Também, o prazo de realização do pregão ser de aproximadamente 90 (noventa) dias, tendo em vista os prazos legais envolvidos. b_ Possibilidade de utilização do Pregão Eletrônico Comum, do tipo menor preço, tendo em vista o objeto estar adequado ao Art. 17 da Lei 14.133/21 bem como da Seção II, Modalidade de Licitação, Art. 28, I "Pregão". Art. 29 " A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado" também da Lei 14.133/21. **PORÉM, para adoção do Pregão Eletrônico Comum faz-se necessário haver disponibilidade orçamentária disponível, situação que NÃO se aplica ao presente Processo.**	Para o Pregão Comum o valor da licitação poderia ser atendida, porém a falta de dotação orçamentária impede tal viabilidade.	NÃO
Dispensa de Licitação	a_ A dispensa de licitação pode ser útil em uma situação emergencial, mas não foi verificado que se aplica ao presente processo; b_ De acordo com o Decreto Nr 11.871/23, o qual atualizou os limites dos valores estabelecidos no Art. 75, II, da Lei 14.133/21, em R$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos); c_ Os valores limites da Dispensa de Licitação podem não atender as Demandas que possam surgir. Assim, o tempo para elaboração da Dispensa de Licitação em uma eventual descentralização pode trazer algum prejuízo, uma vez que a manutenção de um SRP poderá manter o 2 Bda Inf SL emcondições de emitir empenhos de imediato, providenciando assim a estadia para a Autoridade de forma ágil.	Para a Dispensa de Licitação o valor limite NÃO atender a Demanda de eventos, conforme Calendário de Atividades.	NÃO

21ª Cia E CNST
FL Nº 81
Rubrica

Solução	Descrição Completa	Valor Estimado	Viável? (SIM ou NÃO)
Adesão	_Em um primeiro momento pode ser viável, porém nãoforam encontradas Atas disponíveis para Adesão; b_ Todavia, mesmo que houve atas disponíveis, ainda há a situação dos limites dos quantitativo para adesão por UGNP, que conforme Art. 32., II do Decreto 11.462/23, ese está autorizada a adesão ou não; c_ Também, de acordo com o Art. 33. Decreto 11.462/23, é vedado adesão por Órgãos Federais em processos de Órgãos Municipal, Distrital e Estadual; d_ Também, o objeto do presente processo possui a peculiaridade da Demanda do EME para atender Autoridades Estrangeiras em visitas Institucionais ao Exército Brasileiro nas localidades detalhadas neste ETP. Tais localidades, podem não ser as mesmas Demandas de outros órgãos; e_ Também, a situação da vigência de outras Atas para adesão, bem como das condições estabelecidas nos respectivos TR, podem não atender Demanda da 2 Bda Inf SL com serviços de transporte fluvial de pessoal.	Para a adesão existe o limite imposto para tal, além de necessidades de outros não serem efetivamente as necessidades requisitadas pela demanda da 2ª Bda Inf Sl com serviços de transporte fluvial de pessoal. Nãosendo viável.	NÃO
Pregão c/ Adoção do SRP	a_ Considera a realização de pregão eletrônico com adoção do SRP, uma vez que os valores não possuem limites de teto, respeitando a legislação vigente para sua elaboração. Também, o prazo de realização do pregão ser de aproximadamente 90 (noventa) dias, tendo em vista os prazos legais envolvidos. b_ O Sistema de Registro de Preços (SRP), previsto na Seção V, artigos 82 a 86 da Lei Nr 14.133/21 e regulamentado pelo Decreto nº 11.462/23. c_ Nas eleições anteriores já houve a adoção do SRP e tal solução atendeu as necessidades do Demandante, pois o mantém em condições de emitir as notas de empenho somente quando for descentralizado o recurso para atender determinado Calendário de evento que pode ocorrer ou até mesmo ser cancelado ou ter a data transferida para outro período. d_Com a adoção do SRP não há dependência orçamentáriapara sua realização. e_ Do comparativo verifica-se que o SRP possui maior vantajosidade em relação as demais soluções apresentadas sob os aspectos da conveniência, economicidade, eficiência e transparência.	Para o Pregãocom adoção do SRP, o valor dalicitação poderia ser atendida, uma vez que não obrigatoriedade de dotação orçamentária para suarealização.	SIM

21ª Cia E CNST
FL Nº 82
FL Nº
Rubrica Rubrica

5.2 Ao analisar os itens demandados e o Mercado, detectou-se que esses itens são definidos como comuns e enquadram-se, nos termos do parágrafo único, do Art. 6°, XIII, da Lei 14.133, de 2021: "*bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;*";

5.3 Destacamos a inda que, no mercado, verifica- se a ampla disponibilidade de fornecedores aptos a prestação dos serviços a serem contratados, conforme os requisitos estabelecidos neste documento, o que possibilita a obtenção de melhores preços, maior concorrência e por consequência maior vantajosidade para a Administração Pública.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A descrição da solução como um todo, abrange a realização de uma licitação que compreende a contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte de pessoal e material por meio fluvial, para atender as necessidades de apoio do 2º Batalhão Logístico de Selva as atividades tanto operacionais como de cunho social da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, na qual, ao fim do processo licitatório, a(s) eventual(ais) empresa(s) vencedora(s) dos itens propostos, poderão ser acionadas e realizar as devidas prestações de serviços de transporte.

6.2. Os serviços a serem contratados não poderão ser desmembrados em vários outros serviços, visto que se perde a objetividade da contratação.

6.3. A contratada deve:

6.3.1. Executar os serviços conforme especificações deste ETP, e demais exigências legais que constarão no Termo de Referência e no Edital, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas para atender melhor no serviço prestado;

6.3.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.3.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.3.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

21ª Cia E CNST
FL Nº 83
FL Nº
Rubrica

6.3.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

6.3.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

6.3.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

6.3.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

6.3.9. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

6.3.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

6.3.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.

6.3.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

6.3.13. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

6.3.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.3.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

21º Cia E CNST
FL Nº 84
Rubrica

6.3.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.3.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do Art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

6.3.19. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.

6.3.20. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado

6.4. Para que a Solução como um todo seja viável e atenda a perfeita execução dos Serviços do presente processo de contratação, a adoção do Pregão Eletrônico por meio do Sistema de Registro de Preços mostra-se mais eficiente, senão vejamos:

6.4.1. Esta Organização Militar (OM) analisa a Solução pela adoção do SRP em pauta, por ocasião de não possuir ata vigente para as eventuais contratações. Dessa forma, o presente processo de contratação tem o objetivo precípuo de gerar uma ARP para apoiar as atividades logísticas durante as eleições de 2024, atualizado e em condições de utilização imediata, mantendo-se, assim, sua capacidade de empenho, **tão logo haja a disponibilidade orçamentária.**

6.4.2. O planejamento integrado da referida contratação reduz a duplicidade de esforços entre as Organizações interessadas (OMDS) otimizando-se, assim, o trabalho dos gestores, no tocante às atividades de contratação, licitações e contratos, ensejando, ainda, a economia processual. Desta forma, a qualidade técnica dos artefatos de aquisição/contratação será melhorada por meio da padronização dos processos.

6.4.3. O grande benefício, entretanto, advém da utilização do poder de compra do Governo Federal, na medida em que, ao aproveitar as oportunidades de economia de escala, a Administração Pública pode obter melhores preços junto ao mercado, reduzindo seus custos em benefício do atendimento de suas diversificadas demandas.

6.4.3. Esta é uma inteligência trazida pelo **Sistema de Registro de Preços (SRP), previsto na Seção V, artigos 82 a 86 da Lei Nr 14.133/21 e regulamentado pelo Decreto nº 11.462/23**.

6.4.5. Assim sendo, a eventual contratação de serviços de transporte fluvial de pessoal tem a objetivo precípuo de ampliar a capacidade logística de mobilidade de efetivos, via possibilidade de empenho imediato, **mediante processo SRP (público e transparente) disponível para qualquer interessado no portal de compras Comprasnet.gov além de não haver necessidade da efetiva contratação, uma vez que os serviços do presente processo NÃO são enquadrados como Continuados.**

21ª Cia E CNST
FL Nº 85
Rubrica

6.4.6. Cabe ainda, que com a adoção do SRP não há dependência orçamentária para sua realização. A eventual descentralização de recursos somente será efetivada quando da formalização do contrato, ou outro instrumento hábil, conforme Art. 17, do Decreto 11.462/23, transcrito a seguir: ***"A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil".***

6.4.7. Outrossim, a referida contratação possibilitará, ainda, a melhoria na gestão logística, sobremaneira, com a possibilidade de aumento do número de embarcações a serem utilizadas nas eleições de 2024, nas vastas áreas e rios do extremo norte do Brasil. Assim, pode ser aplicada a possibilidade prevista no **art. 3º do Decreto nº 11.462/23, Incisos I, II e V**:

> *"**I** – quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;"* – s itens licitados são necessários durante todo o período eleitoral, mas principalmente nos meses anteriores para atender o Planejamento dos deslocamentos;
>
> ***"II** - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;"* - os itens possuem a unidade de fornecimento em "serviço", de uso rotineiros pelas empresas do ramo de transporte fluvial.
>
> *"**V** – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração."* – em face da impossibilidade de prever com exatidão as quantidades a serem adquiridas, no período de 12 (doze) meses (eleitoral), pois teremos o primeiro turno e possivelmente o segundo turno. Evitando-se, assim, a realização de múltiplos processos administrativos, o que ocasionaria elevado custo nas publicações em empresa oficial, além de desperdício de tempo processual e dos custos acerca do capital humano empregado nas mais diversas etapas envolvidas, por ocasião da realização de novos processos. Assim, compete a Administração estar em condições em atender as demandas da logística de pessoal para o apoio nas eleições. Justifica-se, também, este pregão pelo SRP."

6.4.8. Do exposto, a presente Solução auxiliará, sobremaneira, o Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva em apoio a Justiça Eleitoral durante as eleições, tornando-se um vetor de eficácia em prol da Administração Pública e da Democracia Brasileira, por gerir adequadamente os recursos recebidos e sob sua responsabilidade, de forma pública, transparente e eficaz, além de levar aos rincões da Floresta Amazônica o direito à cidadania aos Povos Originários da "Cabeça do Cachorro", localizada em São Gabriel da Cachoeira/AM.

21º Cia E CNST
FL Nº 86
FL Nº
Rubrica

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

7.1. Em cumprimento ao que descreve o art. 24, § 3º, da Instrução Normativa 05/2017, a equipe que abaixo subscreve este estudo realizou o devido levantamento preliminar, com base na necessidade atual da 2ª Bda Inf Sl, a fim de se alcançar um quantitativo aproximado da necessidade real da demanda a ser contratada.

7.2. No caso específico, o relatório possibilitou estimar o perfil de contratação desta Unidade Administrativa, a partir dos registros constantes neste documento.

7.3. Em relação às estimativas de preços, os parâmetros serão contemplados no Termo de Referência, a partir da respectiva pesquisa de mercado.

7.4. Abaixo segue as quantidades consolidadas:

ORD	CATSER	DESCRIÇÃO DETALHADA SERVIÇO / TRAJETO (LOCALIDADES A SEREM ATENDIDAS)	UND	REQ MÁX	REQ MIN
1	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho Manaus-AM para São Gabriel da Cachoeira-AM ou São Gabriel da Cachoeira-AM para Manaus-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	Sv	03	01
2	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para TUNUI-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	Sv	01	01
3	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para CUCUÍ-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	Se	02	01
4	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para PARÍ – CACHOEIRA (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	Sv	7	1
	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para IPANORÉ (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros.	Sv	7	1

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A pesquisa de preços para formação de valores de referência utilizará os parâmetros contidos no art. 5º da Instrução Normativa nº 65/2021.

8.2. Caso seja necessário, utilizar-se-ão, em caráter subsidiário, pesquisas com fornecedores e em mídia especializada, respeitando os critérios estabelecidos na norma.

21ª Cia E CNST
FL Nº 87
FL Nº
Rubrica

8.3. O valor total estimado para a contratação é de R$ 1.168.366,60 (*um milhão cento e sessenta e oito mil trezentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos*).

8.4. Em conformidade com a IN Nr 65/2021 SEGES, e Lei 14.133/21.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO

9.1 O Parcelamento da solução em processos licitatórios, seja de acordo com a Lei de Licitações nº 14.133/21,é uma estratégia justificável por diversos motivos. Ao permitir a participação de mais concorrentes, estimula a competitividade, fomenta a inovação e tecnologia, e possibilita uma gestão mais eficiente dos recursos públicos. Além disso, oferece flexibilidade para adaptação às necessidades emergentes e contribui para a transparência e eficiência do processo licitatório, alinhando-se aos princípios da administração pública e buscando a melhor relação custo-benefício para o órgão contratante.

9.2. Optou-se pelo parcelamento do objeto a ser licitado em itens, pois após análise técnica do Setor Demandante identificou-se aumento no potencial da competitividade, sem prejuízo as especificações técnicas preservando a economia de escala. Salienta-se que o parcelamento da solução refere-se à licitação realizada por item, considerando as premissas abaixo:

9.2.1. sempre que o objeto for divisível, não haja prejuízo da solução;

9.2.2. permita ampla participação de licitantes, ampliando a concorrência podendo trazer redução nos preços propostos;

21ª Cia E CNST
FL Nº 28
Rubrica

9.2.3. há possibilidade técnica de dividir a solução em itens sem comprometer as especificações técnicas solicitadas;

9.2.4. a divisão em itens poderá proporcionar maior vantajosidade para esta Administração, com a possibilidade de ampliação da competitividade. Também, por item a adjudicação será de forma isolada dos objetos **sendo declarados vencedores os menores valores unitários propostos, ou seja, mais vantajoso para a Administração Pública;**

9.2.5. Não há perda de mercado com a divisão, pois as empresas terão a possibilidade de ofertar lances em todos os itens ampliando a competitividade, ou somente naqueles que tenham interesse em participar.

9.3. Também, em conformidade com Súmula - TCU 247:

9.3.1. *"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciara ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade".*

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1 Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. ALINHAMENTO ENTRE O PLANEJAMENTO E A CONTRATAÇÃO

11.1. Esta Aquisição/Contratação está alinhada com o disposto no Plano de Contratações Anual - PCA 2024, aprovado pela Estado-Maior do Exército.

21ª Cia E CNST
FL Nº 89
FL Nº
Rubrica

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1. O resultado que se almeja alcançar é o melhor apoio prestado da contratada aos deslocamentos fluviais executados pela contratante com a finalidade de apoio as operações na região amazônica.

12.1. Manter o Exército Brasileiro em condições de transportar material e pessoal nas melhores condições possíveis, dentro os princípios da Eficácia, Economicidade, Publicidade, Probidade, e demais princípios que regem as ações nas licitações públicas.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.2. A Administração deverá adotar junto ao Preposto da eventual contratadas as condições para a perfeita execução do objeto, por exemplo: planejar a data e hora de saída das embarcações.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. A empresa deverá cumprir o que determina a Resolução do CONAMA 273/04, destacando seu artigo 8º:

> *Art. 8º Em caso de acidentes ou vazamentos que representem situações de perigo ao meio ambiente ou a pessoas, bem como na ocorrência de passivos ambientais, os proprietários, arrendatários ou responsáveis pelo estabelecimento, pelos equipamentos, pelos sistemas e os fornecedores de combustível que abastecem ou abasteceram a unidade, responderão solidariamente, pela adoção de medidas para controle da situação emergencial, e para o saneamento das áreas impactadas, de acordo com as exigências formuladas pelo órgão ambiental licenciador".*

14.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no *Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - CGU/AGU, de 1º setembro de 2023, 6ª edição*:

21ª Cia E CNST
FL Nº 90
Rubrica

14.3. O objetivo é a efetiva aplicação de boas práticas sustentáveis nas licitações promovidas pela Administração Pública, em atendimento ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – GNCS-6º Edição atualizada de 2023, ao art. 170 da CF/1988, ao art. 144° da Lei nº 14.133/21, a Lei nº 12.187/2009 e art. 6° da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, além do Decreto nº 7.746/2012 e inciso XI, art. 7° da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS;

14.4. Esta contratação observará, em todas as fases do procedimento licitatório, as orientações e normas voltadas para asustentabilidade ambiental;

14.5. Em caso de necessidade, os serviços deverão atender aos critérios para a promoção de acessibilidade previstos em normas vigentes como constam na Lei n° 10.098/2010, cujo cumprimento orienta-se pela Norma Técnica ABNT NBR nº 9050, no que couber;

14.6. Os serviços deverão respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando tecnologias e materiais ecologicamente corretos, atendendo aos critérios de sustentabilidade, assim como os descritos abaixo, quando possível:

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

16.1 Com base nesse Estudo Preliminar conclui-se pela viabilidade da contratação dos serviços em tela, uma vez que a mesma demonstra estar alinhada com os instrumentos de planejamento, bem como com as atividades da 5ª Sub-Chefia do EME. Ressalta- se que para a completa viabilidade da contratação, faz-se necessária a concordância da Área Administrativa do EME, pela pessoa do Sr Ordenador de Despesas, bem como Consultoria Jurídica Adjunta do Exército (CONJUR-EB), órgão da Advocacia Geral da União.

16.2. Considerando as disposições constantes neste estudo, sobretudo, acerca das justificativas da necessidade de Contratação e dos quantitativos, bem como da análise dos riscos que envolvem a fase inicial deste procedimento, esta equipe se posiciona pela VIABILIDADE das contratações tendo em vista ainda que:

16.2.1. **Pregão Eletrônico:** Esta equipe de planejamento de contratação considera a realização de pregão eletrônico **não viável** devido ao prazo de realização do pregão ser de aproximadamente 90 (noventa) dias, e haver disponibilidade orçamentária;

16.2.2. **Adesão a ata de registro de preços:** por ocasião da elaboração de estudos técnicos preliminares e da pesquisa de preços não foram encontradas atas de registros de preços com o objeto a ser contratado que atendam as especificações do EME, assim sendo verificado **não viável;**

21º Cia E CNST
FL Nº 91
FL Nº
Rubrica

16.2.3. **Dispensa eletrônica:** Esta equipe de planejamento de contratação julga **não viável** a realização da contratação por dispensa eletrônica tendo em vista a existência de limite para contratação, validade do processo para empenho; e

16.2.4. **Pregão Eletrônico com adoção do SRP: Verificou-se a forma viável para atender a demanda apresentada, para as eventuais contratações de serviços transporte fluviais de empurrador de balsa, tendo em vista as peculiaridades dos serviços e períodos a serem contratados, e ainda não haver disponibilidade orçamentária;**

16.3. Existe a importância da contratação de empresas que ofereçam serviços de transporte fluvial para realização do procedimento licitatório, para atender com eficácia, eficiência, e qualidade a execução. Também, importante que guardem correlação com o atendimento dos objetivos e metas institucionais desta Organização Militar.

16.4. Nesse sentido, é viável a contratação por um ano, já que a validade da ARP perdurará por 12 (doze) meses.

São Gabriel da Cachoeira/AM, 10 de Julho de 2024.

BRUNO **CAMILO** CAVALCANTI DE OLIVEIRA – 2º Ten
Chefe da equipe de planejamento da contratação

EVERTON RIBEIRO **BELTRAME** – 1º Sgt
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

21ª Cia E CNST
FL Nº 92
FL Nº
Rubrica/Turma

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1ª Brigada Estratégica/1908)
"BRIGADA ARARIGBÓIA"

APÊNDICE "A"

APROVAÇÃO_ESTUDO_TÉCNICO_PRELIMINAR

PROCESSO NUP: **64125.003030/2024-20**

1. Considerando o Art. 18, § 1º da Lei nº **14.133/21** e Instrução Normativa SEGES-ME nº 5/2017/SEGES para a realização do Estudo Técnico Preliminar (ETP), **APROVO** o presente (ETP) acerca do objeto proposto. Reitero plena concordância com as justificativas da necessidade da aquisição, bem como a estimativa dos quantitativos apresentados.

2. Determino o início da elaboração do respectivo Termo de Referência, uma vez que ficou constatada que a eventual contratação é **VIÁVEL** para esta administração.

São Gabriel da Cachoeira/AM, 10 de Julho de 2024.

THIAGO LEONARDO FERREIRA **CIPRIANO - Maj**
Ordenador de Despesa da Atv Meio e Finalística da 2ª Bda Inf Sl

21ª Cia E CNST
FL Nº 93
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1ª Brigada Estratégica/1908)
"BRIGADA ARARIGBÓIA"

METODOLOGIA DA PESQUISA DE PREÇOS
PROCESSO NUP 64411.000035/2024-75

1. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO:

1.1. A presente pesquisa de preço tem como objeto a aquisição de contratação do serviço de empurrador para transportar balsa para atender as demandas da 2ª Brigada de Infantaria de Selva.

2. DO ENQUADRAMENTO DO OBJETO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO:

2.1. O objeto da presente Pesquisa de Preço se enquadra em bens em geral, dessa forma, a referida pesquisa teve como amparo legal a **INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021.**

2.2. O âmbito de aplicação desta Pesquisa de Preço é no âmbito da Administração Pública Federal na figura da 21ª Companhia de Engenharia de Construção.

3. DO PREÇO ESTIMADO E DO SOBREPREÇO:

3.1. Para fins do disposto nesta pesquisa, foi considerado o **preço estimado** como sendo o valor obtido a partir do método matemático aplicado em série de preços coletados e foi desconsiderado, na sua formação, os valores inexequíveis, os inconsistentes e os excessivamente elevados.

3.2. Em atenção ao que prescreve o Art. 2°, I da IN/SEGES Nº 65/2021, a presente pesquisa não apresenta nenhum item em **sobrepreço.**

4. DA ELABORAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇO:

4.1. **Foi materializada em documento que contém os seguintes parâmetros:**

a) Descrição do objeto a ser contratado;

b) Identificação do(s) agente(s) responsável (is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;

c) Caracterização das fontes consultadas;

d) Série de preços coletados;

e) Método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;

21º Cia E CNST
FL Nº 94
Rubrica

f) Justificativas para a metodologia utilizada, em especial para desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

g) **Memória de cálculo** do valor estimado e documentos que lhe dão suporte;

h) Justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º da IN/SEGES Nº 65/2021

5. DOS PARÂMETROS UTILIZADOS:

5.1. A presente Pesquisa de Preço foi elaborada em consonância com os seguintes parâmetros previstos no Art. 5º, da **INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021**, *in verbis*:

( ) composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos **sistemas oficiais de governo**, como **Painel de Preços** ou **Banco de Preços** em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente, conforme **inciso I, art. 5º da IN/SEGES Nº 65/2021.**

( ) dados de pesquisa publicada em **mídia especializada**, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de **sítios eletrônicos especializados** ou de **domínio amplo**, desde que **atualizados no momento da pesquisa** e compreendidos no intervalo de **até 6 (seis) meses** de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso, conforme **inciso II, art. 5º da IN/SEGES Nº 65/2021.**

(X) **pesquisa direta** com, **no mínimo, 3 (três) fornecedores**, mediante solicitação formal de cotação, por meio de **ofício ou e-mail**, desde que seja **apresentada justificativa** da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de **6 (seis) meses de antecedência** da data de divulgação do edital, conforme **inciso III, art. 5º da IN/SEGES Nº 65/2021.**

( ) pesquisa na **base nacional de notas fiscais eletrônicas**, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de **até 1 (um) ano** anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no **Caderno de Logística**, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, conforme **inciso IV, art. 5º da IN/SEGES Nº 65/2021.**

5.2. **Não foi utilizado** outros critérios ou métodos de pesquisa de preço diferentes dos elencados no item 5.1 deste instrumento.

5.3. Em atenção ao que prescreve o parágrafo primeiro, Art. 5º da **IN/SEGES Nº 65/2021, foram priorizados** os parâmetros estabelecidos nos **incisos I e II.**

5.4. Entretanto, com as dificuldades de acesso ao Painel de Preços (problemática da região de São Gabriel da Cachoeira – AM), sem sucesso na obtenção de preços de compras por outros órgãos da Administração Pública por meio de consulta à **mídia especializada** e **sítios eletrônicos de domínio amplo,** partiu-se para a pesquisa direta com fornecedores.

6. DA PESQUISA DIRETA COM FORNECEDORES:

2ª Cia E CNST
FL Nº 95

6.1. Houve pesquisa de preços realizada diretamente com fornecedores, nos termos do inciso IV, Art. 5º da IN/SEGES Nº 65/2021 e foram observados os seguintes parâmetros na proposta:

(X) prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

(X) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

(X) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

(X) nome completo e identificação do responsável;

(X) registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

7. DA METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO:

7.1. Foram utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado **o valor MÍNIMO** sobre um conjunto de **três ou mais preços,** desconsiderado os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

7.1.1. Não foi estimado nenhum valor de item com base em menos de três preços.

7.2. Abaixo, segue o resumo da metodologia de preços:

Item	Justificativa da obtenção de preços
01 ao 16	Foram obtidos através de **pesquisa direta** com, no mínimo, **3 (três) fornecedores**. **Art. 5º, Inciso III, da IN/SEGES**

São Gabriel da Cachoeira – AM, 12 de julho de 2024.

BRUNO **CAMILO** CAVALCANTI DE OLIVEIRA – **2º Ten**
Chefe da equipe de planejamento da contratação

EVERTON RIBEIRO **BELTRAME – 1º Sgt**
Membro da Equipe da equipe de planejamento da contratação

FL nº _____
Rubrica _____

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2ª BDA INF SL
2º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

REQUISIÇÃO Nº41– Almox/Cia Sup/2º B Log Sl– Processo Nº 64125.003032/2024-19

O presente relatório foi resultado da pesquisa de preços abaixo discriminada em cumprimento ao determinado na Lei nº 14.133/21, no seu Art. 23º e na IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, do SECRETÁRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA.

I. OBJETO DA PESQUISA: Contratação de serviço de empurrador de balsa

II. PERÍODO: 12 de julho de 2024

III. METODOLOGIA APLICADA: O valor de referência para o presente processo de aquisição foi aferido por meio de ( ) **MÉDIA DOS PREÇOS, (X) MEDIANA DOS PREÇOS** ou **(X) MENOR PREÇO**, obtidos dentro da amostra pesquisada. Obs: **O DETALHAMENTO DOS ITENS CONSTA JUSTIFICATIVA ANEXA A ESTE RELATÓRIO**.

IV. FONTE DE DADOS – Os valores foram pesquisados conforme Fontes do Parâmetro IV, em conformidade com o Art 5º da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021.

21º Cia - CMST
FL Nº 96
Rubrica

FL nº _____
Rubrica _____

PARÂMETRO IV				
FONTE	**RAZÃO SOCIAL**	**CNPJ**	**ENDEREÇO – SITE – E-MAIL**	**TELEFONE**
1	D LOPES PEREIRA EIREL	27.022.645/0001-81	Av. Presidente Castelo Branco, 401 - Centro	-
2	V.S. DA SILVA LTDA	55.030.406/0001-09	Rua Paulino vieira nº 21, Bairro Areal, São Gabriel da Cacheira -AM	-
3	ÉDIO S.A. DOS SANTOS - ME	11.911.218/0001-14	Av. Don Pedro Massa, Nº 100 – Fortaleza-CEP: 69.750-000	(97) 99144-4531

ITEM	CATMAT	UND	DESCRIÇÃO	QTD	UND	FONTE DE REFRÊNCIA DE PREÇOS	V.UNITÁRIO	MÉDIA	MEDIANA	V.REFRÊNCIA
1	378758	Und	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para **PARÍ – CACHOEIRA (IDA E VOLTA)** com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	7	Und	1 - D LOPES PEREIRA EIREL, CNPJ nº 27.022.645/0001-81	R$ 17.142,85	R$ 54.714, 28	**R$ 60.000,00**	**R$ 54.714,28**
						3 – ÉDIO S.A DOS SANTOS – ME, CNPJ: 11.911.218/0001-14	R$ 60.000,00			
						2 - V.S. DA SILVA LTDA, CNPJ nº 55.030.406/0001-09	R$ 87.000,00			

21ª Cia E Cnst
FL Nº 97
Rubrica

FL nº _____
Rubrica _____

2	378758	Und	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho **São Gabriel da Cachoeira-AM para IPANORÉ (IDA E VOLTA)** com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistrosm	7		1 - D LOPES PEREIRA EIREL, CNPJ nº 27.022.645/0001-81	R$ 13.571,42	R$ 43.857,14	**R$ 42.000,00**	**R$ 42.000,00**
						3 – ÉDIO S.A DOS SANTOS – ME, CNPJ: 11.911.218/0001-14	R$ 42.000,00			
						2 - V.S. DA SILVA LTDA, CNPJ nº 55.030.406/0001-09	R$ 76.000,00			

V. METODOLOGIA: Os valores unitários foram resultado da **mediana e da média** de 3 preços distintos, pesquisados DIRETAMENTE COM 03 (três) FORNECEDORES. Valor unitário = (A, B, C). A Mediana representa o valor central de um conjunto de dados. Para encontrar o valor da mediana é necessário colocar os valores em ordem crescente ou decrescente. Assim, caso coletados 5 (cinco) valores, a mediana será o valor posicionado na terceira posição. Por exemplo, considerem os seguintes valores coletados (já em ordem crescente): R$ 25,00; R$ 25,50; R$ 27,00; R$ 32,00 e R$ 33,20. O preço de referência a ser considerado pela mediana seria o de R$ 27,00, já a Média é calculada com a soma de todos os valores apurados divididos pela quantidade de itens usados na pesquisa. Todos os valores foram pesquisados conforme Parâmetro IV do Art. 5º da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021.

VI. As justificativas da presente pesquisa bem como os comprovantes das pesquisas encontram-se anexos a este relatório.

São Gabriel da Cachoeira-AM, 12 de julho de 2024.

CAMILA PIRES SAMPAIO COSTA – **2º Ten**
Responsável pelas pesquisas de preços

ADSON **VIDAL** COSTA VIEIRA - **3º Sgt**
Membro da equipe de pesquisa de preços

21ª Cia E Cnst
FL Nº 92

21° Cia E CNST
FL Nº 99
Rubrica

ORÇAMENTO

Orçamento para a 2ª Brigada de Infantaria de Selva

Empresa: V. S. DA SILVA LTDA
CNPJ: 55.030.406/0001-09
Endereço: **Rua Paulino Vieira Nº 21 Bairro** areal, São Gabriel da Cachoeira, AM.

ORD	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR DO TRECHO	VALOR TOTAL
1	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para PARÍ – CACHOEIRA - AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros.	7	Viagem	R$ 87.000,00	R$ 609.000,00
2	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para IPANORÉ - AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros.	7	Viagem	R$ 76.000,00	R$ 532.000,00
Total:					**R$ 1.141.000,00**

São Gabriel da Cachoeira – AM, 12 de junho de 2024.

VANDERLAN SOUZA DA SILVA

21ª Cia E CNST
FL Nº 100
Rubrica

ORÇAMENTO

Orçamento para a 2ª Brigada de Infantaria de Selva

Empresa: D LOPES PEREIRA EIRELI
CNPJ: 27.022.645/0001-81
Endereço: Presidente Castelo Branco, 401 - centro

ORD	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR DO TRECHO (IDA E VOLTA)
1	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para PARÍ – CACHOEIRA - AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros.	7	viagem	120.000,00
2	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para IPANORÉ - AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros.	7	viagem	95.000,00
Total:				1.505.000,00p

São Gabriel da Cachoeira –12 AM, Julho de 2024.

Ass: Responsável

27.022.645/0001-81
D LOPES PEREIRA EIRELI - ME
PEREIRA JUNIOR E CONSTRUÇÕES
Av. Castelo Branco, Nº 401 - Andar 1
Bairro Centro
CEP 69.750-000
São Gabriel da Cachoeira - AM

21° Cia E CNST
FL Nº 101
Rubrica



ÉDIO S.A DOS SANTOS – ME
CNPJ: 11.911.218/0001-14
(97) 99144-4531
Av. Dom Pedro Massa, Nº 100 – Fortaleza –CEP: 69.750-000

ORDEM DE SERVIÇOS

CLIENTE: 2ª Brigada de Infantaria de Selva **DATA: 12 / 07 /2024**

ORD	Descrição de Peças e Serviços	QUANT.	Total
1	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para PARÍ – CACHOEIRA - AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	7	420.000,00
2	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para IPANORÉ - AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros.	7	294.000,00
São Gabriel da Cachoeira – AM, 12 de julho de 2024.			
Ass. Responsável Edio Sergio A. dos Santos		TOTAL R$	714.000,00

11.911.218/0001-14
EDIO S. A. DOS SANTOS
OFICINA DO EDIO
Av. Dom Pedro Massa, nº 100
Bairro Centro CEP 69.750-000
São Gabriel da Cachoeira-AM

21º Cia E CNSTR
FL Nº 102
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1ª Brigada Estratégica/1908)
"BRIGADA ARARIGBÓIA"

Pregão Eletrônico SRP 90010/2024

(Processo Administrativo n° 64411.000035/2024-75)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviço de empurrador para transportar Balsa, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA * (Considerado uma unidade o trajeto de ida e volta)	Req min	Req máx.	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho de São Gabriel da Cachoeira-AM para Manaus-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros.	24775	Und	1	1	3	R$ 92.733,33	R$ 278.199,99
2	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para TUNUI-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	24775	Und	1	1	6	R$ 82.433,33	R$ 494.599,98
3	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para CUCUÍ-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	24775	Und	1	1	6	R$ 65.366,66	R$ 392.199,96

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: dezembro/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

21º Cia E CNST FL Nº 103 Rubrica

4	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para PARÍ – CACHOEIRA (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	24775	Und	1	1	7	R$ 54.714,28	R$ 382.999,96
5.	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para IPANORÉ (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	24775	Und	1	1	7	R$ 42.000,00	R$ 294.000,00
TOTAL:								R$ 1.841.999,89

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2024], conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-0090010/2024;

II) Data de publicação no PNCP: 26/01/2024;

III) Id do item no PCA: 166;

IV) Classe/Grupo: 2590 4510;

V) Identificador da Futura Contratação: 160022-90010/2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. Os insumos ofertados devem quando couber, possuir certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

1ª Cia E CNST FL Nº 104

4.3. A documentação relativa ao licenciamento ambiental da atividade, em qualquer fase, seja nas esferas municipal, estadual e federal, poderá ser solicitada a qualquer momento, pela Contratante, visando assegurar a adequação ambiental;

4.4. Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.5. Serão observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.6. Que os bens devem ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e.

4.7. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo exavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

4.8. A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

4.2. Indicação de marcas ou modelos

4.2.1. Não será exigida indicação de marca ou modelo específico para a presente contratação.

4.3. Da exigência de carta de solidariedade

4.3.1. Não será exigida carta de solidariedade na presente contratação.

4.4. Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6. Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: até 30 dias da emissão da ordem de serviço;

2º Cia E CNST
FL Nº 105
Rubrica

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Os serviços serão solicitados pelo Setor Requisitante responsável da 2º Bda Inf Sl, através de um DUFx - Requisição. Após isso, em havendo disponibilidade orçamentária, será efetuada a emissão da Nota de Empenho e a confecção do Contrato. A execução dos serviços será iniciada após o recebimento (pela empresa contratada) da Nota de Empenho enviada pelo contratante.

5.1.2 Endereço: 2º Brigada de Infantaria de Selva: Área Capitão Nobuo Oba, s/nº, Cachoeirinha, São Gabriel da Cachoeira — AM, CEP 69750-000. E-mail: e4@2bdainfsl.eb.mil.br, telefone: (97) 3471- 3007.

5.1.3 A(s) Nota(s) de Empenho(s) serão enviadas para o endereço de e-mail constante no cadastro do SICAF ou da proposta de preços da empresa vencedora da presente licitação, crescendo de importância à atualização cadastral constante por parte do fornecedor.

5.1.4 A quantidade de serviços a serem contratados bem como as locais, datas e horários de embarque e desembarque serão são os previstos no item 1.1. Do Termo de Referência.

5.1.6 Os serviços serão prestados conforme os itinerários/trechos descritos nos diversos itens do item 1.1 do Objeto deste Termo de Referência. Os dias e horários de execução dos serviços, a princípio, serão de segunda à sexta-feira, da 08:00 às 16:30 horas e no caso de necessidade de mudanças, serão informadas. Poderá haver alteração nestes horários/dias devido a atividades internas das Organizações Militares envolvidas, condições meteorológicas, e situações adversas.

5.1.7 A contratada deverá possuir conhecimento técnico e funcional dos portos fluviais onde ocorrerão 0s serviços.

5.1.8 A contratada deverá, ao ser acionada, providenciar os equipamentos de segurança, mão-de-obra qualificada e todo o material necessário para a execução do serviço.

5.1.8.1 Para a prestação dos serviços de Transporte Fluvial o atendimento deverá ser em até 24 Horas, após acionamento de ligação telefônica ou e-mail (cadastrados no SICAF ou na proposta/planilha de custos). Poderá haver alteração no prazo devido a condições meteorológicas e situações adversas.

5.1.9 Comunicar imediatamente a CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail e telefone indicado na respectiva proposta de preços, como outras informações julgadas necessárias para o recebimento de correspondência encaminhada pela CONTRATANTE.

5.2. Local e horário da prestação dos serviços

5.2.1. Os serviços serão prestados com todas as saídas e chegadas previstas do 2º Batalhão Logístico de Selva Organização militar vinculada a 2º Brigada de Infantaria de Selva, o 2º B Log Sl, fica localizado no porto de Camanaus da cidade de São Gabriel da Cachoeira - AM.

5.3. Os serviços serão prestados no seguintes horários: segunda à sexta-feira, da 08:00 às 16:30 horas e no caso de necessidade de mudanças, serão informadas. Poderá haver alteração nestes horários/dias devido a atividades internas das Organizações Militares envolvidas, condições meteorológicas, e situações adversas.

5.3. Materiais a serem disponibilizados

1ª Cia E CNST
FL Nº 106

5.3 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada devera disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.3.1 Substituir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas quaisquer materiais/embarcações que não apresentem condições de funcionamento, problemas estruturais, e outros que coloquem em risco a integridade física dos trabalhadores ou dos bens e equipamentos instalados. Poderá haver alteração no prazo devido a condições meteorológicas e situações adversas;

5.3.2 Para a perfeita execução dos serviços de transporte de fluvial, a Contratada devera prestar os serviços em embarcações devidamente autorizadas por órgãos competentes, para executarem os serviços de transporte de pessoal, nos rios da Amazónicos;

5.3.3. **As embarcações deverão estar em perfeitas condições para que seja prestado um serviço com qualidade e segurança, além de estarem em conformidade com as normas de fiscalização e controle exigidas pelos respectivos órgãos reguladores.**

5.4. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.2 O eventual, transporte dar-se-á através rio, com o transporte de material destacados nos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), podendo ser de ida ao PEF ou retorno do PEF.

5.4.3. NAO HA OBRIGATORIEDADE da contratação após a homologação visto o presente processo de licitação ser um SRP;

5.4.3 As, eventuais, contratações dependem de disponibilidade orçamentária;

5.4.4 Para o transporte de pessoal as embarcações devendo possuir coletes salva-vidas para todos os passageiros;

5.4.5 **Todos os custos para execução do serviço deverão estar na proposta final da empresa, incluindo como exemplo, o combustível necessário para execução total do serviço, caso a embarcação chegar ao ponto intermediário e devido ao mal tempo não ter condições de prosseguir a navegação os custos, como pernoite e alimentação da tripulação, serão da contratada pelo tempo necessário para o transporte até o destino final**.

5.5. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.6.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

2ª Cia E CNST
FL Nº 106
Rubrica

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

1ª Cia E CNST FL Nº 107

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demande decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostila mento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da

2ª Cia E Cnst
FL Nº 108
Rubrica

Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliado da execução do objeto utilizara o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo V.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1.não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou.

7.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem à parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

21ª Cia E CNST
FL Nº 109
Rubrica

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

21ª Cia E CNST FL Nº 110

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e.

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correra o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7°, §2° da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1 o prazo de validade; 7.17.2 a data da emissão;

7.17.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5 o valor a pagar; e.

7.17.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstancia que impeça a liquidação da despesa, esta ficara sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem 6nus a contratante;

21ª Cia E CNST
FL Nº 111

7.19 A Nota Fiscal ou Fatura devera ser obrigatoriamente acompanhada da comprovante da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20 A Administração devera realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do 6rgao ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUGAO NORMATIVA N° 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério contratante. do

7.22 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. Prazo de pagamento

7.25 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022. 7.26 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária. Forma de pagamento

7.27 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. 7.29 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, 2006, não sofrera a retenção tributaria quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar. Antecipação de pagamento

2º Cia E CNST FL Nº 11 Rubrica

7.31 Não será adotada na presente licitação. Cessão de crédito

7.32 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico. 7

.32.1 As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.33 A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada a celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.34 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.35 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de muitas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUGAO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.36 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM. Regime de execução

8.2 O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário. Exigências de habilitação

8.3 Para fins de habilitação devera o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4 Pessoa fisica: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Cia E CNST FL Nº 113

8.5 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6 **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.7 **Sociedade empresaria**: sociedade limitada unipessoal — SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8 **Sociedade empresaria estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de margo de 2020.

8.9 **Sociedade simples**: inscrigéo do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Publico de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12 Os documentos apresentados devendo estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. Habilitação fiscal, social e trabalhista.

8.13 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e a Divida Ativa da Unido (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretario da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Titulo VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada peto Decreto-Lei nº 5.452, de 1° de maio de 1943;

21º Cia E CNST
FL Nº 314
Rubrica

8.17 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/relativo ao domicilio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18 Prova de regularidade com a Fazenda [Municipal/Distrital] do domicilio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, devera comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicilio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal. Qualificação Econômico-financeira

8.21 Não será adotada na presente licitação. Qualificação Técnica

8.22 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.23 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.24 Apresentar Carta de Tripulação e Segurança;

8.25 Apresentar Certificado de Borda Livre;

8.26 Apresentar Registro na Anatel, caso possua;

8.27 Apresentar Titulo de Propriedade;

8.28 Apresentar Certificado de Livre Pratica;

8.30 Apresentar Certificado de Arqueação;

8.31 Apresentar Seguro Obrigatório;

8.32 Apresentar Certificado de Registro de Armador, conforme artigo 15 e artigo 16 da Lei nr 7.652 de 03 de fevereiro de 1998;

8.33 Apresentar apólice de seguro vigente das embarcações.

8.34 Todos os requisitos serão analisados pela equipe de fiscalizado do contrato durante a formalização deste, após a emissão da nota de empenho, para o aceite da execução dos serviços, verificando se estão sendo atendidas as normas legais conforme as especificações e peculiaridades das embarcações, por exemplo, o tamanho, visto que ha itens para 09 passageiro mais tripulante.

8.35 Para os itens 8.31 e 8.34 deve ser apresentado obrigatoriamente na formalização do contrato (emissão da eventual nota de empenho), tendo em vista o firmado compromisso na realização dos serviços. Visando

21ª Cia E CNST FL. Nº 45

amparar essa administração com a devida segurança jurídica do contratado e ainda a garantia de ressarcimento nos casos de carga/encomendas e o amparo do seguro de vida no transporte de pessoas, devendo a empresa vencedora apresentar solução para atender estas garantias/segurança.

8.36 Sociedades empresarias estrangeiras atenderão a exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil

8.37 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto deste contratado, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.38 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de 5% (cinco por cento), a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.39 Os atestados de capacidade técnica podendo ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.40 O licitante disponibilizara todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte a contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.41 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.41.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4°, inciso X|, 21, inciso | e 42, §§2°a 6° da Lei n. 5.764, de 1971,

8.41.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual — DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

°.41.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários a prestação do serviço;

8.41.3 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.41.4 A comprovação de integrado das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.41.5 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

2ª Cia E CNST
FL Nº 116
Rubrica

d) editais de convocação das três Ultimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e.

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e.

8.41.6 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R$ 1.168.366,60** (*um milhão cento e sessenta e oito mil trezentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos*) conforme custos unitários apostos na tabela acima.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, Art. 17º do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.

São Gabriel da Cachoeira - AM, 12 de julho de 2024.

BRUNO **CAMILO** CAVALCANTI DE OLIVEIRA - 2º Ten
Chefe da equipe de planejamento da contratação

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: dezembro/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

21° Cia E CNST
FL Nº 117
Rubrica

16.2.3. **Dispensa eletrônica:** Esta equipe de planejamento de contratação julga **não viável** a realização da contratação por dispensa eletrônica tendo em vista a existência de limite para contratação, validade do processo para empenho; e

16.2.4. **Pregão Eletrônico com adoção do SRP:** **Verificou-se a forma viável para atender a demanda apresentada pelo EME, para as eventuais contratações de serviços transporte fluvial de pessoas tendo em vista as peculiaridades dos serviços e períodos a serem contratados, e ainda não haver disponibilidade orçamentária;**

16.3. Existe a importância da contratação de empresas que ofereçam serviços de transporte fluvial para realização do procedimento licitatório, para atender com eficácia, eficiência, e qualidade a execução. Também, importante que guardem correlação com o atendimento dos objetivos e metas institucionais desta Organização Militar.

16.4. Nesse sentido, é viável a contratação por um ano, já que a validade da ARP perdurará por 12 (doze) meses.

São Gabriel da Cachoeira/AM, 16 de julho de 2024.

BRUNO **CAMILO** CAVALCANTI DE OLIVEIRA – 2° Ten
Chefe da equipe de planejamento da contratação

EVERTON RIBEIRO **BELTRAME** – 1° Sgt
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

21º Cia E CNST
FL Nº 118
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1ª Brigada Estratégica/1908)
"BRIGADA ARARIGBÓIA"

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Aprovo o conteúdo deste Termo de Referência com fulcro no Inciso II, do Art. 14, do Decreto n º 10.024, de 20 de setembro de 2019, em face de atender às necessidades da 2ª Brigada de Infantaria de Selva e Organizações Militares Vinculadas na abertura de processo licitatório para aquisição de motores de popa. Para esse fim, a 2ª Bda Inf SI dispõe de uma previsão de recursos específicos que serão repassados no transcorrer do Exercício não causando impacto orçamentário e os recursos são compatíveis com o plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

São Gabriel da Cachoeira/AM, _____ de _____ de 2024.

THIAGO LEONARDO FERREIRA **CIPRIANO - Maj**
Ordenador de Despesa da Atv Meio e Finalística da 2ª Bda Inf Sl

JUSTIFICATIVAS
NUP: 64411.000035/2024-75

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 900010/2024 - 21ª Cia E Cnst – UASG: 160022

Apresento abaixo as justificativas para os procedimentos adotados neste processo licitatório

1) Para utilização do Sistema de Registro de Preço (SRP);
2) Para a definição da modalidade licitatória;
3) Para a vedação na participação de consórcios;
4) Para a classificação de bens ou serviços comuns;
5) Para adesões (caronas);
6) Da não utilização da forma eletrônica/digital para o processo administrativo; e
7) Para enquadramento como atividade de custeio.

1) PARA A UTILIZAÇÃO DO SRP

Ciente dos pareceres normativos emitidos pela Advocacia-Geral da União, pertinentes à taxatividade do rol de hipóteses de aplicabilidade do SRP (Parecer nº 109/2013/DECOR/CGU/AGU, de 28 de junho de 2013, aprovado pelo Consultor-Geral da União, em 18 de novembro de 2014, mediante o DESPACHO nº 265/2014/SFT/CGU/AGU), ratifico para os devidos fins que através da realização de um planejamento antecipado e com o intuito prioritário de atender de forma centralizada todos os órgãos militares de São Gabriel da Cachoeira-AM, por **haver necessidade de contratações frequentes e pela aquisição de bens com previsão de entregas parceladas**, dessa forma a Administração adotou a utilização do SRP tendo em vista o enquadramento taxativo da sua real necessidade no **inciso I e II do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013.**

2) PARA A DEFINIÇÃO DA MODALIDADE

Este processo licitatório será desenvolvido na modalidade de **Pregão Eletrônico SRP** em conformidade com os **art. 1º e 4º, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e artigos 1º, 2º, e incisos I e II do art. 3º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013**, do tipo **MAIOR DESCONTO** por item.

3) PARA A VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Diante da jurisprudência do TCU (Acórdão 1.678/2006, Plenário, rel. Min. Augusto Nardes), informo para os devidos fins que a aquisição pretendida não se trata de objeto de interesse comum para empresas em consórcios, desta forma, a fim de não prejudicar a competitividade do certame, a Administração optou pela **vedação da participação de consórcios**, seguindo o que já está

estabelecido nos modelos de editais padronizados pela AGU. Reforçando ainda que não se trata de objeto de grande complexidade, e por ser uma aquisição de bens comuns.

4) PARA A CLASSIFICAÇÃO DE BENS OU SERVIÇOS COMUNS

1. A presente contratação se enquadra no que estabelece o no §1º do Art. 1º da Lei Nº 12.520/2002, tendo em vista que o objeto se tratar de itens cuja os Padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital e sua definição pode efetuar-se por meio de especificações usuais de mercado, podendo assim ser classificado como **bem ou serviço** comum.

5) PARA ADESÕES (CARONAS)

Em atendimento ao **Acórdão nº 757/2015 – Plenário do TCU**, a presente contratação permitirá a adesão de **órgãos não participantes** (carona), pois a região onde se localiza esta unidade gestora é uma região de difícil acesso (rio ou avião) e a abertura desta licitação para "carona" tornará o certame mais atrativo, evitando que o Pregão seja deserto.

6) DA NÃO UTILIZAÇÃO DA FORMA ELETRÔNICA/DIGITAL PARA O PROCESSO ADMINISTRATIVO

7.1. Conforme prescreve o Decreto nº 8.539/2015, esta administração, ainda **não adota a forma eletrônica** para o processo administrativo licitatório.

7.2. Para o presente processo, foi adotada a forma em papel, escaneada e remetida para análise jurídica da Consultoria Jurídica da União-CJU através do endereço eletrônico: http://sapiensa.agu.gov.br.

7.3. Justifica-se a não adoção da forma eletrônica, pois ainda não dispomos dos meios para que os atos processuais licitatórios sejam produzidos, validados, comunicados, registrados, disponibilizados e armazenados em meio eletrônico.

7) PARA ENQUADRAMENTO COMO ATIVIDADE DE CUSTEIO

8.1. A atividade a ser contratada, em decorrência do certame acima descrito, enquadra-se como Atividade de Custeio, conforme se verifica no Decreto Nº 10.193 de 27 de dezembro de 2019, como aquisição de bens comuns de consumo.

8.2. No caso do presente certame, superada a fase de disputa e registro das melhores propostas, quando então poderão ser celebrados eventuais contratos para fornecimento do serviço, será obedecido o rito constante no art. 3º do Decreto 10.193, de 27/12/19, sobretudo, em relação às autorizações para contratação, bem como as respectivas delegações/subdelegações de que tratam os parágrafos 1º, 2º e 3º do mesmo dispositivo, conforme o valor da referida contratação.

8.3. Deve ser ressaltado, ainda, que o objeto do certame não faz parte do rol de contratações suspensas elencadas na Portaria 179, de 22 abril de 2019.

São Gabriel da Cachoeira, AM, 03 de junho de 2024.

JOSINALDO LOPES DE MENESES – Ten Cel
Ordenador de Despesas da 21ª Cia E Cnst

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)

21ª Cia E Cnst
FL Nº 123
Rubrica

CERTIFICAÇÕES

NUP: 64411.000035/2024-75
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 900010/2024- 21ª Cia E Cnst – UASG: 160022

Apresento abaixo as declarações para os procedimentos adotados neste processo licitatório:

1) Da responsabilidade fiscal;
2) Do princípio da segregação de funções;
3) Da compatibilidade com a lei de diretrizes orçamentárias (LDO);
4) Da utilização dos modelos de minutas padronizadas da agu; e
5) Da contemplação do objeto no plano de contratação anual (PCA).

1. DA RESPONSABILIDADE FISCAL

Em conformidade com o Art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, **certifico** que a despesa prevista para este processo licitatório tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPL) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

2. DO PRINCÍPIO DA SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES

Em respeito ao que prescreve o Art. 12 do Decreto 11246/22, **certifico que**, para a presente licitação, foi respeitado e observado o **Princípio da Segregação de Funções**.

Foi vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

3. DA COMPATIBILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

Em conformidade com o que prescreve no inciso II do Art. 16 da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000, **declaro** que o objeto da presente licitação está compatível com a **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).**

4. DA UTILIZAÇÃO DOS MODELOS DE MINUTAS PADRONIZADAS DA AGU

Certifico que as minutas que integram o presente processo foram extraídas do sítio eletrônico da Advocacia-Geral da União (AGU), no endereço: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/compras-pregao-eletronico.

21ª Cia E Cnst
FL Nº 121
Rubrica

Tratam-se de modelos de minutas **atualizados em Fev/22**, tendo sido a instrução processual devidamente cotejada com as listas de verificação (check-lists SEGES) disponíveis no mesmo sítio acima apontado.

5. DA CONTEMPLAÇÃO DO OBJETO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA)

Em conformidade ao que prescreve o inciso I, do Art. 6º do Decreto Nº 10.024/2019 **certifico,** que o objeto da presente licitação **está contemplado no Plano de Contratações Anual 2023** conforme detalhamento a seguir:

ID PCA NO PNCP:	00394452000103-0-000019/2023	
DATA DE PUBLICAÇÃO NO PNCP:	14/02/2023	
ID DA FUTURA CONTRATAÇÃO:	160022-14/2022	
CLASSE/GRUPO:	2590*	4910**
ID DO ITEM NO PCA:	ID 166	ID 165

FONTE: https://pncp.gov.br/app/pca/00394452000103/2023/19

***COMPONENTES DIVERSOS PARA VEÍCULOS–** 2590;
**** EQUIPAMENTO ESPECIALIZADO PARA OFICINA DE MANUTENÇÃO E REPARO DE VEÍCULOS MOTORIZADOS** - 4910

São Gabriel da Cachoeira, AM, 03 de junho de 2024.

JOSINALDO LOPES DE MENESES – Ten Cel
Ordenador de Despesas da 21ª Cia E Cnst

21ª Cia E CNST FL Nº 125 Rubrica

Sd EP NATANAEL POMPILHO **AGOSTINHO**
Sd EP **JONILSON** RICARDO DA SILVA
Sd EP JOSÉ MARCOS **SILVA SOUZA**
Sd EP **BRUNO** MELGUEIRO BARRETO
Sd EV **FELIPE SANTOS** DA SILVA
Sd EV **JANDECI FONTES** DA SILVA
Sd EV **ALBERTO** GUSTAVO **VASQUE** ALMEIDA

- Em consequência, a 1ª Seção e demais interessados tomem conhecimentos e as providências decorrentes.

(Nota nº 41940, de 18 de janeiro de 2024, da(o) S1)

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

a. SINDICÂNCIA

Nomeação de sindicante

Nomeio como sindicante, em conformidade com o Art. 3º da Portaria nº 107-Cmt Ex, de 13 FEV 12, que aprovou as instruções Gerais para a Elaboração de Sindicância no Âmbito do Exército Brasileiro (EB10-IG-09.001), alterada pela Portaria nº 1.027-Cmt Ex, de 17 AGO 17, para apuração dos fatos constantes na Portaria nº 02-S1/21ª Cia E Cnst, EB: 64411.000200/2024-99, de 17 JAN 24, referente ao pagametno de despesas de exercício anterior ao 3º Sgt **SANDRO** ASSIS **GUERRA**:

2º Sgt REGINALDO **SILVERIO** DA SILVA

- Em consequência:
1) o sindicante deverá retirar a Portaria na 1ª Seção e concluir a sindicância no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da Portaria; e
2) os demais interressados tomem conhecimento e providências.

(Nota nº 41942, de 18 de janeiro de 2024, da(o) S1)

b. DESIGNAÇÃO DE PREGOEIRO / AGENTE DE CONTRATAÇÃO:

ATUALIZAÇÃO DE DADOS

Conforme prescreve o Art. 13, I do Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019 e o Art. 7º e 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, designo, os militares abaixo, para exercerem a função de Agente de Contratação/Pregoeiro, com o objetivo de tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação durante o ano de 2024:

2º Ten CAIO FELIPE **MOREIRA** DOS SANTOS
Agente de Contratação/Pregoeiro

3º Sgt **JOSÉ** DE OLIVEIRA **MELO** FILHO
Agente de Contratação/Pregoeiro

3º Sgt JOÃO VICTOR GOMES **BEZERRA**

21ª Cia E CNST
126
Rubrica

Agente de Contratação/Pregoeira

3º Sgt RAILANE NERY MAGALHÃES
Agente de Contratação/Pregoeira

- Em consequência:
1) a Fiscalização Administrativa, a SALC e demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes; e
2) a 1ª Seção publique em BI da OM;

(Nota nº 41787, de 9 de janeiro de 2024, da(o) SALC)

c. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE APOIO DO PREGÃO ELETRONICO

Abertura de licitação - Desiginação de pregoeiro e Equipe de Apoio

Em conformidade com o Art. 7º da Lei Nº 14.133/21, e Art. 16 do Decreto Nº 10.024/19, designei a contar de 1º de janeiro de 2024 os seguintes militares para comporem a função de Equipe de Apoio Técnico nos Pregões Eletrônicos desta Organização Militar:

1º Ten JESIMAR DE **CARMARGO**
Apoio Técnico
1º Ten MATHEUS ANDRÉ **RODRIGUES**
Apoio Técnico
2º Ten HIJAIRO **CUNHA** DA SILVA
Apoio Contábil
2º Ten CAIO FELIPE **MOREIRA** DOS SANTOS
Apoio Jurídico
2º Ten LEONARDO **PADILHA** MORAIS LEMOS
Apoio Técnico
2º Ten **VICTOR HUGO** ALVES DE ARAUJO LIMA
Apoio Técnico
S Ten MARCIO RICARDO SOUSA **DA LUZ**
Apoio Técnico
S Ten VINICIUS DE **SOUZA E SILVA**
Apoio Técnico

- Em consequência:
1) a 1ª Seção providencie a publicação em Boletim Interno;
2) os referidos militares e demais interessados tomem conhecimento e as devidas providências.

(Nota nº 41790, de 9 de janeiro de 2024, da(o) SALC)

(cinco) dias de deslocamento, de acordo com os Artigos 443 e 444 do RISG/2003, combinados com o Art. 63, do E/1 e inciso I, do § 1°, do Art. 451, da Port. n° 039, de 28 de janeiro de 2015, conforme preconizado nas Normas Gerais de Ação do Comando Militar da Amazônia (NGA), publicada na Port. nº 101, letra "B" do item 04, de 22 de julho de 2020, devendo apresentar-se pronto para o serviço em 11 MAR 24.

(Por não ter sido publicado em data oportuna)

3º Sgt **MAXWELL** JONATHAN RODRIGUES SILVA

- Em consequência, a 1ª Seção, a SPP e demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

(Nota nº 42374, de 22 de fevereiro de 2024, da(o) S1)

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

a. AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Autorizo o pagamento do complemento de indenização de Ajuda de Custo referente ao empenho nº 2024NE400007, a que faz jus em virtude de sua transferência por necessidade do serviço para o BCSv/ESA, na Gu de Três Corações - MG, de acordo com o preconizado na Portaria nº 290-DGP, de 9 de dezembro de 2013.

2º Sgt **JOÃO LUIZ** LOPES PEREIRA JÚNIOR

- Em consequência, a 1ª Seção, a Fiscalização Administrativa, o Setor Financeiro e demais interessados tomem conhecimento e as devidas providências.

b. PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO - Designação de equipe

1. Considerando o disposto no Art. 18 da lei 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando o disposto no inciso V do Art. 8º da PORTARIA-EME/C Ex Nº 879, de 26 de setembro de 2022, e em consonância com as diretrizes da 21ª Companhia de Engenharia de Construção em relação a processos de contratações, designo a equipe abaixo para realizar o Planejamento das Contratações para o exercício 2024:

Ord	Objeto do Processo	Data de entrega	Chefe da Equipe	Auxiliar da Equipe
1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de câmaras frigoríficas	1º/mar/24	S Ten Da Luz	3º Sgt Peter
2	Aquisição de peças para equipamentos e viaturas	1º/mar/24	Asp Dantas	3º Sgt R Gomes
3	Insumos para impressora tipo PLOTTER para confecção de placas	1º/mar/24	1º Ten Torres	3º Sgt Rafael Lima
4	Serviços de manutenção de viaturas e equipamentos	1º/abr/24	Asp Dantas	3º Sgt Magalhães

21ª Cia E Cnst 178

6	Aquisição de gáses acetileno e oxigênio	1º/abr/24	Asp Dantas	3º Sgt R Gomes
7	Serviço de Recarga de extintores	1º/abr/24	1º Ten Salles	3º Sgt João Henrique
8	Insumos de ferramental para oficina	1º abril/24	Asp Dantas	3º Sgt Magalhães
9	Material elétrico e ferramental de obras	1º /abr/24	STen Souza e Silva	3º Sgt Morais
10	Serviço de transporte hidroviário do tipo empurrador de balsas	1º /abr/24	Cap Braga	Cb Matheus
11	Contratação de Serviço de Leiloeiro para Leilões diversos	1º/abr/24	Asp Dantas	3º Sgt Pilan
12	Insumos para poços artesianos	1º/mai/24	STen Hamilton	3º Sgt Lucas Chagas
13	Aquisição de madeira e insumos diversos para ponte Bonté BR307	1º/mai/24	1º Ten Torres	STen Souza e Silva
14	Prad (mudas exóticas)	1º/jun/24	Cap Braga	Cb Matheus
15	Serviço de agenciamento de viagens	1º/jun/24	Cap Braga	Cb Matheus
16	Aquisição de tubos de concreto	1º/jun/24	1º Ten Torres	STen Souza e Silva
17	Condimentos e bebidas	1º/jul/24	S Ten Da Luz	3º Sgt Peter
18	Insumos para tapa buraco	1º/jul/24	1º Ten Torres	3º Sgt Rafael Lima
19	Aquisição de materiais diversos de expediente, limpeza, esportivo e de consumo para impressora PLOTTER	1º/jul/24	1º Ten Salles	3º Sgt Evandro
20	Aquisição de materiais permanentes, mobiliário em geral e PASA (GCALC)	1º/jul/24	1º Ten Salles	3º Sgt João Henrique
21	Gás de cozinha - GLP de uso doméstico em botijas de 13kg	1º/ago/24	STen Da Luz	2º Sgt Medeiros
22	Insumos para laboratório de solos e equipamentos de topografia	1º/ago/24	1º Ten Torres	3º Sgt Morais
23	Insumos de Informática	1º/ago/24	3º Sgt João Henrique	3º Sgt Evandro
24	Material de TIC	1º/ago/24	3º Sgt João Henrique	3º Sgt Evandro

1.1. Confecção de DIEx requisitório anexando os seguintes documentos:
1.1.1. Confecção do DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD);
1.1.2. Confecção do ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR(ETP), em formato digital, que deve conter obrigatoriamente todas as informações de acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58,

21º Cia E Cnst FL Nº 1209

- do 6º GAC (Rio Grande-RS), o Ten Cel ART (0130535941) RODRIGO SOUZA LOPES DE ABREU;
- do 7º GAC (Olinda-PE), o Ten Cel ART (0130887649) EDWARDO COELHO DE OLIVEIRA;
- do 9º GAC (Nioaque-MS), o Ten Cel ART (0130572340) ALEXANDRE BATISTA LEITE JÚNIOR;
- do 10º GAC Sl (Boa Vista-RR), o Ten Cel ART (0204068944) GUILHERME TASSO DANTAS SANFELICE;
- do 14º GAC (Pouso Alegre-MG), o Ten Cel ART (0130568447) CARLOS EDUARDO TAVARES DE LIMA;
- do 15º GAC AP (Lapa-PR), o Ten Cel ART (0130572845) EDUARDO LUIZ BIAVASCHI;
- do 18º GAC (Rondonópolis-MT), o Ten Cel ART (0130568744) DÉIVID NETO DE OLIVEIRA;
- do 19º GAC (Santiago-RS), o Maj ART (1139392847) DIOGO BROETTO ALVES;
- do 21º GAC (Niterói-RJ), o Ten Cel ART (0130887243) CESAR BONFIM MENINE CAMELO PRODOSCIMO;
- do 25º GAC (Bagé-RS), o Ten Cel ART (0130914245) MARCELO DA SILVA MÜLLER;
- do 27º GAC (Ijuí-RS), o Maj ART (0216470443) DOUGLAS LUÍS DA SILVA;
- do 28º GAC (Criciúma-SC), o Ten Cel ART (0130537848) LUCIANO AMÉRICO FONSECA DE SOUZA;
- do Cl Art Msl Fgt (Formosa-GO), o Ten Cel ART (0130914948) ALEXANDRE BORGES VILLA TREINTA;
- do C Log Msl Fgt (Formosa-GO), o Cel SV INT (0113963847) DIONISIO CARVALHO MOREIRA;
- do 16º GMF (Formosa-GO), o Ten Cel ART (1010729141) FRANCISCO EDUARDO FERNANDES HENN;
- do 1º GAAAe (Rio de Janeiro-RJ), o Maj ART (0112337548) CARLOS EDUARDO DOS SANTOS COSTA;
- do 3º GAAAe (Caxias do Sul-RS), o Ten Cel ART (0130571045) GEORGE KOPPE EIRIZ;
- do 12º GAAAe Sl (Manaus-AM), o Maj ART (0216458448) IRAMAR LUBIANA JUNIOR;
- do 2º BEC (Teresina-PI), o Ten Cel ENG (0114812043) CARLOS ALBERTO GALVÃO MAGALHÃES;
- do 5º BEC (Porto Velho-RO), o Ten Cel ENG (0130548340) JONAS SANTOS SILVA JÚNIOR;
- do 6º BEC (Boa Vista-RR), o Ten Cel ENG (0623562949) CADSON DE SOUZA BARBOZA;
- do 7º BEC (Rio Branco-AC), o Ten Cel ENG (1010954145) ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO;
- do 8º BEC (Santarém-PA), o Maj ENG (0216471847) FRANCISCO MACHADO PARENTE NETO;
- do 9º BEC (Cuiabá-MT), o Maj ENG (0216458943) JOÃO PAULO CARVALHO DE ALENCAR;
- do 3º BE Cmb (Cachoeira do Sul-RS), o Ten Cel ENG (0111655247) GUSTAVO HUMBERTO DOS SANTOS COSTA;
- do 5º BE Cmb Bld (Porto União-SC), o Maj ENG (0216455949) DIEGO DA SILVA AGOSTINI;
- do 1º B Fv (Lages-SC), o Ten Cel ENG (0130913643) HUDSON MACHADO MOREIRA;
- do 21ª Cia E Cnst (São Gabriel da Cachoeira-AM), o Ten Cel ENG (0114815244) JOSINALDO LOPES DE MENESES;
- do 1º B Com (Santo Ângelo-RS), o Ten Cel COM (0130538242) PLÁCIDO GARCIA TRAVASSOS DOS SANTOS;
- do 6º B Com (Bento Gonçalves-RS), o Ten Cel COM (0858845530) RODRIGO LUÍS ROSA DA SILVA;
- do Nu 5º B Com (Curitiba-PR), o Ten Cel COM (0130539943) JAIRO DINIZ GUERRA;
- da EsCom (Brasília-DF), o Ten Cel COM (0114793748) FÁBIO DOS ANJOS DE SANTANA;
- do 1º BGE (Brasília-DF), o Ten Cel COM (0130915549) FABRICIO AVILA GUIMARÃES;
- do 4º CTA (Manaus-AM), o Ten Cel COM (0196108435) SERGIO RICARDO MARTINS ROSA;
- do 6º CTA (Campo Grande-MS), o Ten Cel QEM Compt (0111576740) MARLOS DE MENDONÇA CORRÊA;
- do 7º CTA (Brasília-DF), o Ten Cel COM (0114800949) ANDERSON LELLIS ALVES MOURA;
- do 11º CT (Curitiba-PR), o Cel QEM Mec Auto (0112600846) TRAJANO ALENCAR DE ARAUJO COSTA;
- do 21º CT (Belo Horizonte-MG), o Ten Cel COM (0130541642) BRUNO FERNANDES DE MAGALHÃES;
- do 51º CT (Salvador-BA), o Cel QEM Elt (0204714448) HUMBERTO CARDOSO DA COSTA;
- do 9º B Mnt (Campo Grande-MS), o Ten Cel QMB (0130541147) RODRIGO ALVES DE MACEDO;
- do BCMS (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel QMB (0195984232) JONATHAS DA COSTA JARDIM;
- do B Mnt Sup AAAe (Osasco-SP), o Maj ART (1126992849) RODRIGO LEONARDO DE SENA;
- do 2º CGCFEx (São Paulo-SP), o Ten Cel SV INT (0925744542) ANDERSON BARBOSA OZUNA;
- do 4º CGCFEx (Juiz de Fora-MG), o Ten Cel SV INT (0130547342) ULISSES DA SILVA BARALDO;
- do 6º CGCFEx (Salvador-BA), o Cel SV INT (0111576948) MAURO PEREIRA DE MATTOS;
- do 9º CGCFEx (Campo Grande-MS), o Cel SV INT (0204729347) ANDERSON CLEYTON DA SILVA;
- do 10º CGCFEx (Fortaleza-CE), o Ten Cel SV INT (0114815640) LEONARDO DE CARVALHO PIRES;
- do 18º B Trnp (Campo Grande-MS), o Ten Cel SV INT (0114797947) ROBSON JOSÉ OLIVEIRA;
- do 5º B Sup (Curitiba-PR), o Ten Cel SV INT (0130912348) SINDERLEY JÚNIOR FERREIRA DA PAZ;
- do 12º B Sup (Manaus-AM), o Maj SV INT (0216465948) ANDRÉ LUÍS GOUVEIA NEVES;
- do 1º D Sup (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel SV INT (0130575046) DIRCEU GOMES DE OLIVEIRA;
- do 4º D Sup (Juiz de Fora-MG), o Ten Cel SV INT (0130889546) ALEXSANDRO ARRUDA DA ROCHA;
- do DSSM (Santa Maria-RS), o Maj SV INT (0216479147) VANDERLEI JOSÉ BORTOLI;
- do 2º B Log Sl (São Gabriel da Cachoeira-AM), o Maj INF (0216455444) CLODOALDO PIRES FILHO;
- do 4º B Log (Santa Maria-RS), o Ten Cel INF (0130542343) JONAS MOLZ;
- do 8º B Log (Porto Alegre-RS), o Maj CAV (0333345643) MIGUEL MEDEIROS VIANNA;
- do 14º B Log (Recife-PE), o Ten Cel INF (0318549748) HUMBERTO ANDRE PRAZERES GUAITA;
- do 20º B Log Pqdt (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0130296544) VANDERSON MOTA DE ALMEIDA;
- do 22º B Log L (Barueri-SP), o Ten Cel CAV (1010936548) JOÃO PAULO DA SILVA NUNES;
- do 28º B Log (Dourados-MS), o Ten Cel INF (0130300247) JOSÉ MAURO DE MOURA ALVES JUNIOR;
- do IDQBRN (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel QEM Cmd (0115405847) RODRIGO LEONARD BARBOZA RODRIGUES;
- do CA-Leste (Rio de Janeiro-RJ), o Maj INF (0216484840) JAIRO LUIZ FREMDLING FARIAS JÚNIOR;
- do 1º BF Esp (Goiânia-GO), o Ten Cel CAV (0925798340) MARCELO DIAS MONTEIRO;
- do 1º B Op Psc (Goiânia-GO), o Ten Cel INF (0114804842) GUILHERME MARQUES ALMEIDA;
- da 3ª Cia F Esp (Manaus-AM), o Ten Cel INF (0114795248) HÉLIO FERREIRA LIMA;
- do 3º B Av Ex (Campo Grande-MS), o Ten Cel CAV (0130538846) ALEXANDRE MARTINS BORGES CAMPOS;
- do 1º Btl DQBRN (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel ART (0114578743) ANDRÉ LUIZ BIFANO DA SILVA;
- do 6º B Intlg Mil (Campo Grande-MS), o Ten Cel INF (1122283842) ANDRE LUIS DA COSTA BRANDÃO;
- do Nu 1º B Intlg Mil (Porto Alegre-RS), o Ten Cel CAV (0333198448) ISAAC PEREIRA JUNIOR;
- do CPOR / EA (Porto Alegre-RS), o Ten Cel INF (0309873941) VIDSON BANCKE DA SILVA;
- do CPOR / RJ (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0114831746) ICARO PEREIRA MACHADO;
- do CEADEx (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel ART (0130915044) CHRISTIANO MARINS ANSELMO PINHEIRO;
- do C Id Ex (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel COM (0114834948) RODRIGO DO VALLE MACÊDO;
- do CPAEx (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0130270744) EKTOR CRISTIAN MONTEIRO INDÁ;
- do AHEx (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel ART (0130283549) ARTUR MAGNO DE CASTRO RANGEL;
- do IPCFEx (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0522153147) HELIO GONÇALVES CHAGAS DE MACEDO;
- do BCSv/ESA (Três Corações-MG), o Ten Cel INF (0130541048) PEDRO SANTORO COSTA DA SILVA;
- do AGR (Rio de Janeiro-RJ), o Cel QEM Mec Armt (0115393944) CARLOS FREDERICO DE MATOS CHAGAS;
- do Pq R Mnt / 5ª RM (Curitiba-PR), o Ten Cel QMB (0130880040) CARLOS ADRIANO ALVES DE TOLEDO;
- do Pq R Mnt / 6ª RM (Salvador-BA), o Ten Cel QMB (0130565443) NEWMAR SCHMITT;
- do Pq R Mnt / 7ª RM (Recife-PE), o Ten Cel QMB (0130542749) PAULO HENRIQUE PUEHRINGER;
- do Pq R Mnt / 12ª RM (Manaus-AM), o Maj QMB (0216454348) ATILA ALVES DE SOUZA;
- da CRO / 2ª RM (São Paulo-SP), o Ten Cel QEMFC (0115422149) EMANUEL OLIVEIRA SILVA;
- da CRO / 5ª RM (Curitiba-PR), o Ten Cel QEM FC (0115424244) MARCIO LEANDRO BURIGO;
- da CRO / 8ª RM (Belém-PA), o Ten Cel QEM-ELI (0115406241) CHARLES WLADIMIR DE ALMEIDA OLIVEIRA;
- do 2º CGEO (Brasília-DF), o Ten Cel QEM Cart (0115407140) RICARDO DA SILVA VIEIRA;
- do 3º CGEO (Olinda-PE), o Ten Cel QEM Cart (1275403135) CARLOS YOSHIO MORITA;
- do 5º CGEO (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel QEM Cart (0115916739) ALEXANDRE DANTAS SOARES COUTINHO;
- da B Adm C Rdo (Recife-PE), o Ten Cel INF (0130540149) MARIO GUSTAVO KNAUF;
- da B Adm Ap/3ª RM (Porto Alegre-RS), o Ten Cel INF (0130912942) EDER JOSÉ CADORIN;
- da B Adm Ap/5ª RM (Curitiba-PR), o Cel CAV (0204739148) RENATO CUNHA MELLO;
- da B Ap R Bauru (Bauru-SP), o Ten Cel INF (0195457239) ALESSANDER ANASTACIO FLEXA;
- da B Ap R Ribeirão Preto (Ribeirão Preto-SP), o Ten Cel INF (0194795035) FABRICIO PIRES CONSTANTINO DA SILVA;
- da B Adm / CComGEx (Brasília-DF), o Cel COM (0113984843) FLÁVIO OLIVEIRA DA SILVA NETTO;
- da B Adm Bda Inf Pqdt (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0196615938) BELMIRO ANTONIO DE SOUZA NETO;
- do CGEA (Petrópolis-RJ), o Cel INF (0111548442) REGINALDO ROSA DOS SANTOS;
- da Graf Ex (Brasília-DF), o Ten Cel INF (0113968945) PEDRO EDGAR DOS SANTOS;
- do H Mil A CAMPO GRANDE (Campo Grande-MS), o Ten Cel MED (0115340531) PAULO CESAR DOS SANTOS FARIA;
- do H Mil A PORTO ALEGRE (Porto Alegre-RS), o Ten Cel MED (1028732541) PEDRO LEOPOLDO ROUQUAYROL;
- do H Mil A RECIFE (Recife-PE), a Ten Cel MED (0114763048) ANDREA GUIMARÃES GURGEL;
- do H Ge CURITIBA (Curitiba-PR), a Ten Cel MED (0114769342) SIMONE ABREU;
- do H Ge FORTALEZA (Fortaleza-CE), a Ten Cel MED (1010284147) ANA ELIZABETH CAVALCANTI JORGE DE PAIVA;
- do H Ge RIO DE JANEIRO (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel MED (0130591548) SAVIO REDER DE SOUZA;
- do H Gu FLORIANÓPOLIS (Florianópolis-SC), a Ten Cel MED (0130959943) ANA PAULA VILA NOVA CÂMARA SALIM SAKER;
- do H Gu NATAL (Natal-RN), a Cel QCO Enf (0625590544) JOSIANY BEZERRA DANTAS;
- do H Gu PORTO VELHO (Porto Velho-RO), o Ten Cel FARM (0195571831) CARLOS CHERME DA SILVA NOGUEIRA;
- do H Gu SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (São Gabriel da Cachoeira-AM), o Ten Cel FARM (0827810946) MARCELO DOS SANTOS STORCH;
- do H Gu TABATINGA (Tabatinga-AM), o Ten Cel FARM (0131590648) RONALDO ROCHA DOS SANTOS;
- do H Gu SANTIAGO (Santiago-RS), o Ten Cel QCO Enf (0115120446) ADEMIR JONES ANTUNES DORNELES;
- da Pclin MPV (Rio de Janeiro-RJ), a Ten Cel MED (0130958242) ANA PAULA CARVALHO REIS;
- da Pclin MRJ (Rio de Janeiro-RJ), a Ten Cel MED (0130456247) ANA ANGELICA DE FREITAS ALVES;
- do LQFEx (Rio de Janeiro-RJ), a Cel FARM (0115371446) CRISTIANE CAMPOS DA SILVA;
- do CIB (Butiá-RS), o Ten Cel CAV (0317745446) CARLOS EDUARDO GONÇALVES RAMOS;
- do CIMNC (Recife-PE), o Ten Cel INF (0420097644) DEALIR ALVES DE ALMEIDA JUNIOR; e
- da Coud Rincão (São Borja-RS), o Ten Cel CAV (0858982135) LEANDRO SICORRA WILEMBERG.

Gen Ex TOMÁS MIGUEL MINÉ RIBEIRO PAIVA

gov.br

Compras.gov.br

21ª CIA E CNST
FL. Nº 130

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP)
Nº 900010/2024

21ª Cia E Cnst (160022)
NUP: 64411.000035/2024-75

OBJETO
SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO DE TRANSPORTE HIDROVIÁRIO DO TIPO EMPURRADOR DE BALSA DA 21ª CIA E CNST.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ R$ 2.162.999,96 (DOIS MILHÕES CENTO E SESSENTA E DOIS MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia **30/08/2024** às **10h (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
[**menor preço**] / [~~maior desconto~~] **por [item]** / ~~[por grupo] / [global]~~

MODO DE DISPUTA:
~~[aberto] / [aberto e fechado]~~ / [**fechado e aberto**]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM / ~~NÃO~~

Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO....3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS....4
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO....4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO....6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA....8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES....10
7. DA FASE DE JULGAMENTO....15
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO....19
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS....21
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA....22
11. DOS RECURSOS....23
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES....24
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO....27
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS....27

MINUTA DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 900010/2024 – UASG: 160022

(Processo Administrativo (NUP) n° 64411.000035/2024-75)

Torna-se público que o(a) **21ª Companhia de Engenharia de Construção (21º Cia E Cnst),** por meio do(a) **Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC)**, sediado(a) **Área Militar Capitão Nobuo Oba, S/N, Bairro: Cachoeirinha, Cidade: são Gabriel da Cachoeira-AM, CEP: 69750-000**, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE TRANSPORTE HIDROVIÁRIO DE PESSOAL E MATERIAL DA 21ª CIA E CNST, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

OU

3. ***(SUPRESSÃO)*** *A licitação será realizada em único item.*

OU

4. ***(SUPRESSÃO)*** *A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.*

OU

5. ***(SUPRESSÃO)*** *A licitação será realizada em grupo único, formados por .... itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.*

6. DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

7. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

7.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

7.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8. *Para os itens ...,...,..., a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

9. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

9.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o

agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

9.2. Não poderão disputar esta licitação:

9.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

9.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

9.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

9.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

9.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9.2.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

10. *pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

10.1.1. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

10.1.2. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O impedimento de que trata o item 9.2.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

10.3. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 9.2.2 e 9.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

10.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

10.5. O disposto nos itens 9.2.2 e 9.2.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

10.6. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.7. A vedação de que trata o item 9.2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

11. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12. **(SUPRESSÃO)** *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

12.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 24.1.1 e 27.3.1 deste Edital.

12.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

12.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

12.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

12.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

12.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

12.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 12.3 ou 12.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

12.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

12.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

12.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

12.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

12.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

12.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

12.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

12.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

12.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

12.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 12.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

12.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

14. Valor unitário *ou* ~~*desconto*~~*..... (*~~*mensal,*~~ *unitário etc.,* ~~*conforme*~~ *o caso) e ..... (*~~*anual,*~~ *total) do item;*

14.1.1. Marca;

15. *Fabricante;*

15.1.1. *Quantidade cotada,* devendo *respeitar o mínimo* ***de quantidade prevista no Termo de Referência***

15.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

15.2.1. *O licitante* ***[NÃO]*** *poderá* oferecer *proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*

15.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

15.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

15.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

15.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16. (SUPRESSÃO)*Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.*

OU

17. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

17.1. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

17.1.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

17.1.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

17.1.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

17.2. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

17.3. (SUPRESSÃO) em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

17.4. (SUPRESSÃO) em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

18. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

18.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

18.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

18.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

18.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

18.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

18.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

18.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de* ***valor inferior*** *ou* ~~*percentual de desconto superior*~~ ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

18.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de* ***R$ 0,50 (cinquenta centavos).***

18.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

18.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

18.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

18.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

18.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

18.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

18.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

18.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

18.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

18.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

18.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

18.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

18.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três,

oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

18.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

18.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

18.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 18.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

18.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

18.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

18.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

18.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

18.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

18.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

18.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

18.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

18.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

18.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

18.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

18.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

18.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

18.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

18.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

18.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

18.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

18.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

18.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

18.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

18.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

18.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

18.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

18.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

18.21.2.2. empresas brasileiras;

18.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

18.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

18.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

19. (SUPRESSÃO) *Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:*

20. ...

21. ...

22. *[Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo] / [~~Será admitida a previsão de preços diferentes conforme os critérios abaixo~~]:*

22.1.1.1. ...

22.1.1.2. ...

22.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

22.1.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

22.1.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

22.1.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **até** 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

22.1.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

22.2. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

23. DA FASE DE JULGAMENTO

23.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 9.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

23.1.1. SICAF;

23.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

23.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

23.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

23.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

23.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

23.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

23.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

23.4. (SUPRESSÃO) Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

23.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 9 e 12.5 deste edital.

23.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

23.7. (SUPRESSÃO) Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

23.7.1. (SUPRESSÃO) [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];

23.7.2. (SUPRESSÃO) O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

23.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

23.8.1. contiver vícios insanáveis;

23.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

23.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

23.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

23.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

23.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

23.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

23.9.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

23.9.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

23.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

23.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

23.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

23.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

23.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

23.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

23.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

23.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação

semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

23.12.2. **(SUPRESSÃO)** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

23.12.3. **(SUPRESSÃO)** Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

23.12.4. **(SUPRESSÃO)** Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

23.12.5. **(SUPRESSÃO)** Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

23.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

23.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

23.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

23.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

23.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

23.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

23.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

23.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

23.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

24. DA FASE DE HABILITAÇÃO

24.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

24.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

24.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

24.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

24.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

24.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10%**[~~INSERIR UM PERCENTUAL 10% A 30 %, SALVO SE HOUVER JUSTIFICATIVA NOS AUTOS PARA SUPRIMIR ESSE ACRÉSCIMO~~] para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

~~**24.5.** Os~~ documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou **por meio digital enviado pelo sistema do pregão eletrônico** [~~INDICAR QUALQUER OUTRO MEIO EXPRESSAMENTE ADMITIDO PELA ADMINISTRAÇÃO~~].

24.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

24.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

24.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

24.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

25. (SUPRESSÃO) *Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.*

26. (SUPRESSÃO) *O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [INDICAR FORMA DE AGENDAMENTO], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.*

27. (SUPRESSÃO) *Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

27.1. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

27.1.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

27.2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

27.2.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

27.3. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

27.3.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até **2h (duas horas)** [~~NO MÍNIMO, DUAS HORAS~~], prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

27.3.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.*

27.4. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

27.4.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

27.4.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

27.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

27.5.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

27.5.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

27.6. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão

fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

27.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 27.3.1.

27.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

27.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

27.10. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

28. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

28.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

28.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

28.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

28.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

28.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

28.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

28.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

29. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

1.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

29.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

29.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

9.2.1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

9.2.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

9.2.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

29.2. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

29.2.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

29.2.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

29.3. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

29.3.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

29.3.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

30. DOS RECURSOS

30.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

30.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

30.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

30.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

30.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

30.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

30.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

30.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

30.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

30.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

30.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

30.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

30.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

30.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **https://licitacoeseb.12rm.eb.mil.br/communities/27bb2712-910d-4f37-a846-c03c33e89ba2**

31. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

31.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

31.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

31.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

31.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

31.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

31.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

31.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

31.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

31.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

31.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

31.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

31.1.5. fraudar a licitação

31.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

31.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

31.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

31.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

31.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

31.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

31.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

31.2.1. advertência;

31.2.2. multa;

31.2.3. impedimento de licitar e contratar e

31.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

31.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

31.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

31.3.2. as peculiaridades do caso concreto

31.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

31.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

31.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

31.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **5 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

31.4.1. Para as infrações previstas nos itens 31.1.1, 31.1.1 e 31.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

31.4.2. Para as infrações previstas nos itens 31.1.4, 31.1.5, 31.1.6, 31.1.7 e 31.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

31.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

31.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

31.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 31.1.1, 31.1.1 e 31.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

31.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 31.1.4, 31.1.5, 31.1.6, 31.1.7

e 31.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 31.1.1, 31.1.1 e 31.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

31.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 31.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

31.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

31.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

31.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

31.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

31.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

32. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

32.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

32.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

32.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: salc@21ciaecnst.eb.mil.br ou 21cia.salc@gmail.com

32.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

32.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

32.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

33. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

33.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

33.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

33.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

33.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

33.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

33.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

33.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

33.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

33.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

33.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://licitacoeseb.12rm.eb.mil.br/communities/27bb2712-910d-4f37-a846-c03c33e89ba2

33.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

33.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://licitacoeseb.12rm.eb.mil.br/communities/27bb2712-910d-4f37-a846-c03c33e89ba2

33.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

33.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

33.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

33.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

33.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

34. ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preço

São Gabriel da Cachoeira, AM, 06 de agosto de 2024.

JOSINALDO LOPES DE MENESES – Ten Coronel
Ordenador de Despesas 21ª Cia E Cnst

Fl nº 159
RUBRICA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP
NUP: 64411.000035/2024-75

SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO DE TRANSPORTE HIDROVIÁRIO DO TIPO EMPURRADOR DE BALSA DA 21ª CIA E CNST

Fl nº 160
RUBRICA

1. DA FINALIDADE:

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade:

a) Analisar o **SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO DE TRANSPORTE HIDROVIÁRIO DO TIPO EMPURRADOR DE BALSA DA 21ª CIA E CNST** visando atender à demanda da 21ª Cia E Cnst referente ao segundo semestre de 2024;

b) Complementar a análise dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência do processo **NUP: 64411.000035/2024-75** – UASG: 160022.

1.2. Área requisitante: Pelotão de Equipamento da 21ª Cia E Cnst

1.2.1. Responsáveis **(Conforme BI Nr 36, de 22/02/2024, da 21ª Cia E Cnst)**

a. **FELIPE BRAGA RIBEIRO DA SILVA - Cap** - Chefe da Equipe
b. **MATHEUS EMANUEL BASÍLIO DA COSTA - Cb** – Membro da Equipe

1.2. **Amparo Legal:**

1.2.1. Lei nº 14.133/21;
1.2.2. Instrução Normativa SEGES-ME nº 58/2022;

2. DAS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS:

2.1. Com base no Documento de Formalização da Demanda (DFD), as seguintes informações foram produzidas e registradas neste Estudo Técnico Preliminar (ETP):

I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1.1. Considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público, a 21ª CIA E CNST, por força de suas atribuições, vem sendo constantemente empregado na execução direta de obras conveniadas e/ou de cooperação, obras essas executadas nas mais longínquas localidades do Território Amazônico.

2.1.2. A contratação do serviço de 1 (um) empurrador de balsa, objeto deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), atenderá as demandas das obras nas quais a 21ª CIA E CNST está empregada, havendo a necessidade destas aquisições por conta da efetividade maior nas aplicações especificamente nas obras de cooperação/convênio delegada a esta Companhia.

II - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

2.1.3. Para que a presente contratação fosse realizada, foi elaborado o Plano de Contratação Anual (PCA), de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração.

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:



2.1.4.A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recarga de extintores emanadas pela 21ª Companhia de Engenharia de Construção se dará através de formal Processo Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, pela Lei 10.520, de 17 de junho de 2002, pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, bem como o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, IN nº 113-DNRC, de 28 de abril de 2010 e pelas disposições fixadas no Edital de convocação.
Os serviços de recarga de extintores enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

IV - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO:

2.1.5. A estimativa da quantidade a ser contratada deve partir do princípio de que houve consumo do mesmo objeto em anos anteriores ou de um novo planejamento sobre fato novo, como exemplo uma obra nova. Dessa forma, a presente contratação tem as seguintes características:

( ) O objeto da presente aquisição **já foi**, nos últimos dois anos anteriores a esta contratação, em todo ou em parte, adquirido por esta administração conforme extrato do **SIAFI** , conforme ANEXO I;

(X) O objeto da presente aquisição **não foi**, nos últimos dois anos anteriores a esta contratação, em todo ou em parte, adquirido por esta administração;

( ) As **memórias de cálculo** e os **documentos que lhe dão suporte** para a estimativa das quantidades a serem contratadas, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala, **foram anexadas a este ETP** conforme ANEXO II;

(X) As **memórias de cálculo** e dos **documentos que lhe dão suporte** para a estimativa das quantidades a serem contratadas, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala, **não foram anexadas a este ETP** conforme;

2.1.6. A equipe que abaixo subscreve este Estudo Técnico Preliminar (ETP) fez **levantamento preliminar através do SIAFI**, com base no consumo dos últimos dois anos e também com base na necessidade atual da 21º Cia E Cnst, a fim de se alcançar uma **estimativa das quantidades a serem contratadas**.

2.1.7. Segue abaixo a relação dos itens que serão objeto de consumo por esta Administração, contendo o código de cadastro de **serviço (CATSER)** junto ao SIASG, as descrições detalhadas, as respectivas requisições e a periodicidade entre as requisições:

TABELA I:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATSERV	UND DE MEDIDA	QTDE	Valor Médio Unitário	Valor total do ITEM

Fl nº 162
RUBRICA

1	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho Manaus-AM para São Gabriel da Cachoeira-AM ou São Gabriel da Cachoeira-AM para Manaus-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	24775	Tonelada	3	R$ 85.000,00	R$ 255.000,00
2	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para TUNUI-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	24775	Tonelada	2	R$ 65.000,00	R$ 130.000,00
3	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-Am para CUCUÍ-Am (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	24775	Tonelada	2	R$ 57.000,00	R$ 114.000,00
VALOR TOTAL (QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE MIL REAIS).						**R$ 499.000,00**

2.1.7.1. Quanto à descrição detalhada do objeto e da modalidade licitatória:

(X) Foi realizada com maior detalhamento possível evitando o direcionamento do objeto à alguma marca específica;
( ) Foi realizada por setor técnico que tem a expertise para o detalhamento do objeto;
( ) Foi realizada com detalhamento específico à determinada **marca ou modelo** e formalmente justificado nas seguintes hipóteses:

( ) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
JUSTIFICATIVA: _____

( ) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;

Fl nº 163
RUBRICA

JUSTIFICATIVA: _____

( ) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;
JUSTIFICATIVA: _____

( ) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;
JUSTIFICATIVA: _____

2.1.7.1.1. O objeto da presente contratação pode ser objetivamente definido como **serviços comuns** com amparo nos incisos **XIII** e **XLI do art. 6º da Lei nº 14.133/21.**

2.1.7.1.2. Quanto à modalidade de licitação mais adequada para o objeto da presente contratação, com amparo no inciso XLI do art. 6º da Lei nº 14.133/21, será usado o **Pregão** em sua forma **Eletrônica** (SRP/SISPP) pelo MENOR MAIOR DESCONTO.

2.1.7.2. **Quanto à exigência de amostra para o objeto:**

(X) Não será necessária;

( ) Será necessária;

JUSTIFICATIVA:_____
_____

2.1.7.3. **Quanto ao código CATMAT/CATSERV:**

(X) Encontram-se todos válidos e ativos;

(X) Não foram usados códigos CATMAT/CATSER sustentáveis.

V - LEVANTAMENTO DE MERCADO:

2.1.8. Consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. No caso da presente contratação, foi utilizada a seguinte:

(X) Contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a

existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração;
( ) Consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições (se for o caso);
( ) Outras (Especificar quais)

VI - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

2.1.9. A estimativa do valor total da contratação foi realizada com amparo nos seguintes parâmetros:
(X) Preços unitários referenciais;
(X) Memórias de Cálculo;
(X) Documentos que dão suporte à Memória de Cálculo;

2.1.10. Com base nos parâmetros relacionados acima, o valor total estimado para a contratação é de **R$ 499.000,00 (QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE MIL REAIS)**

2.1.11. Em linhas gerais, a estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o que dispõe a **IN SEGES _ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021**, obedecendo aos seguintes parâmetros do Art.5º:

> *Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:*
>
> *I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;*
>
> *II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*
>
> *III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de*

Fl nº 165
RUBRICA

antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram



propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

VII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

2.1.12. Foram elencadas as seguintes soluções relacionadas abaixo:

a) Quanto ao acompanhamento técnico durante a realização da Licitação:
Será acompanhado pelo seguinte militar para fazer parte da Equipe de Apoio Técnico da Licitação: **CAP BRAGA** e **CB MATHEUS**;

b) Quanto ao local de entrega do objeto: **Sede da 21ª Cia E Cnst**;

c) Quanto ao prazo de entrega do objeto: **30 dias após o recolhimento do material**;

d) Quanto ao recebimento do objeto: **será previamente recebido e verificado in loco**;

e) Quanto às particularidades da cidade sede para entrega do objeto (Localização, Fuso horário etc.: **Área Cap Nobuo Oba, s/n – 21ª Cia E Const, seg a quinta das 09:30 ás 11:30 e das 14:00 ás 16:30, sexta-feira dás 08:00 às 11:30.**

f) Quanto ao tipo de empenho que será usado para a realizar a aquisição:
( ) **EMPENHO ORDINÁRIO** (X) **EMPENHO GLOBAL** ( ) **EMPENHO ESTIMATIVO**

g) Quanto a formalização do contrato através do Termo de Contrato:
( ) **NÃO HAVERÁ CONTRATO** (X) **HAVERÁ CONTRATO**

h) Quanto a garantia da contratação:
( ) Não haverá exigência da garantia da contratação pelas seguintes razões:
- A aquisição é de baixo/médio vulto;
- Não haverá risco para a administração em não exigir a garantia;

(X) Haverá exigência da garantia da contratação nas seguintes modalidades:
- Caução;
- Fiança bancária;
- Seguro-garantia;

i) Quanto à manutenção: garantia mínima de execução do serviço prevista no código de defesa do consumidor.

j) Quanto à assistência técnica: deverá ser prestada in loco.

VIII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1.13. **A presente contratação:**

(X) No presente caso, como se trata de itens autônomos que podem ser adquiridos de forma independente, **não há necessidade de agrupamento em lotes ou grupos**. Dessa forma, esta

Fl nº 167
PUBLICA

contratação **será parcelada**, pois é técnica e economicamente viável, de forma a resguardar os interesses da administração, bem como ampliar a participação de pequenos empreendedores que estejam qualificados, nos termos da legislação vigente.

( ) No presente caso, como se trata de itens não autônomos que não podem ser adquiridos de forma independente, **há necessidade de agrupamento em lotes ou grupos**. Dessa forma, esta contratação não será parcelada, pois há necessidade técnica de juntar em lotes ou grupos.

IX – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

12.1.14. Os resultados pretendidos para a presente aquisição são:

( ) Em termos de economicidade, a presente aquisição não trará nenhum resultado pretendido;

(X) Em termos de economicidade, a presente aquisição trará os seguintes resultado pretendido:

Realizando serviços específicos e vitais para disponibilidade dos extintores, evitará compra de extintor novo, objeto esse que se torna mais caro no mercado.

(X) Em termos de um melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, está aquisição não trará nenhum resultado pretendido;

( ) Em termos de um melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, está aquisição trará os seguintes resultados pretendidos:

(X) Em termos de um melhor aproveitamento dos recursos materiais disponíveis, está aquisição não trará nenhum resultado pretendido;

( ) Em termos de um melhor aproveitamento dos recursos materiais disponíveis, está aquisição trará os seguintes resultados pretendidos:

_____

_____

( ) Em termos de um melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis, está aquisição não trará nenhum resultado pretendido;

(X) Em termos de um melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis, está aquisição trará os seguintes resultados pretendidos:

Melhor aplicação do recurso, pois com a execução do serviço em empresa especializada, evita-se a compra de um objeto novo, o que se torna mais caro.

X-PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:



2.1.15. **As seguintes providências foram tomadas:**

( ) A aquisição foi analisada sob a ótica da Gestão Contratual e verificado a necessidade de ser realizado o contrato com a empresa vencedora da licitação através de um **Termo de Contrato.** Sendo assim, se faz necessário a existência de um **Fiscal de Contrato capacitado** designado pela Administração da 21ª Cia E Cnst.

(X) A aquisição foi analisada sob a ótica da Gestão Contratual e verificado que não há necessidade de ser realizado o contrato com a empresa vencedora da licitação através de um Termo de Contrato. Sendo assim, não se faz necessário a existência de um Fiscal de Contrato capacitado designado pela Administração da 21ª Cia E Cnst.

( ) Para uma melhor gestão contratual, a Administração da 21ª Cia E Cnst publicou ordem de capacitação de seus agentes para realizarem estágio de capacitação em Fiscalização de Contrato conforme BI nº **36**, de **22/02/2024** de **21ª Cia E Cnst**.

XI- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

2.1.16. Não se aplica a esta contratação, pois não há qualquer contratação correlata e/ou interdependente a esta.

XII – DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGATÓRIAS:

2.1.17. **Quanto ao assunto, temos as seguintes observações:**

2.1.17.1. Foi realizada uma verificação técnica dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos **serviços** a serem contratados.

2.1.17.2. **Para o objeto desta contratação, ficou constatado que:**

(X) Sujeita-se aos seguintes critérios de sustentabilidade:

a) Especificação técnica do objeto: atender a qualidade do serviço específico.
b) Obrigação da contratada: fornecer o serviço do transporte fluvial de materiais e pessoal:

A empresa que prestará o serviço de recarga e teste hidrostático nos extintores de incêndio, deverá comprovar que realiza o descarte adequado, ecologicamente correto, dos cilindros e demais materiais descartados, observando o disposto na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental nas aquisições de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública direta, autárquica ou fundacional, no que couber, e nas normas técnicas e/ou recomendações do fabricante dos equipamentos e da ABNT.

Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



2.1.17.3. **Ficou comprovado que as especificações de sustentabilidade para o presente objeto da aquisição:**
(X) **Não restringem** a competição em dado mercado;

(X) **Preservam** o caráter competitivo do certame;

( ) Dentre as recomendações voltadas para os **critérios e práticas de sustentabilidade ambiental**, foi consultado o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis em sua 5ª Edição. Durante a consulta ao referido guia, foram feitas as seguintes observações:**

( ) Foram encontradas recomendações conforme extratos do guia no ANEXO III;(X) Não foram encontradas recomendações no guia;
( ) Para a presente aquisição, foram observados os seguintes possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras:

a) **Impactos ambientais:**

_____
_____
_____

b) **Medidas mitigadoras:**

-
_____
_____
_____

3 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:

3.1. Considerando as disposições constantes neste estudo, sobretudo, acerca das justificativas da necessidade de aquisição e dos quantitativos de material, bem como da análise dos riscos que envolvem a fase inicial deste procedimento, esta equipe se posiciona pela:

(X) **VIABILIDADE** das aquisições, desde que sejam observadas às disposições acerca dos riscos apontados nete Estudo Técnico Preliminar (ETP) e por entender que foram razoáveis os fundamentos que motivaram a demanda dos materiais para a administração.

( ) **INVIABILIDADE** das aquisições,
pois..._____
_____
_____

4 - ANEXOS:

São Gabriel da Cachoeira, AM, 03 de junho de 2024

Fl nº 17/20
RUBRICA

FELIPE BRAGA RIBEIRO DA SILVA – Cap
Chefe da Equipe de planejamento

De acordo:

MATHEUS EMANUEL BASÍLIO DA COSTA - Cb
Membro da Equipe

Ciência do Fiscal Administrativo:

São Gabriel da Cachoeira, AM, 03 de junho de 2024.

BRUNO BRAGA DA SILVA SOUSA - Maj
Fiscal administrativo da 21ª Cia E Cnst

APROVAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS:

1. Considerando do disposto no Art. 14, § II do Decreto 10.024/19, **APROVO** o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) acerca do objeto proposto. Reitero plena concordância com as justificativas da necessidade da aquisição, bem como a estimativa dos quantitativos apresentados.

2. Determino o início da elaboração do respectivo Termo de Referência, uma vez que ficou constatada que a eventual contratação é **VIÁVEL** para esta administração.

São Gabriel da Cachoeira, AM, 03 de junho de 2024.

JOSINALDO LOPES DE MENESES – Ten Cel
Ordenador de Despesas da 21ª Cia E Cnst

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)

Fl nº 171
RUBRICA

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇO - LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 900010/2024 – UASG: 160022

(Processo Administrativo (NUP) 64411.000035/2024-75)

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de **TRANSPORTE FLUVIAL DE MATERIAL E PESSOAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CAT SER	Descrição do Material	Und	Qtde	Valor Médio Unitário	Valor Total
1	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho Manaus-AM para São Gabriel da Cachoeira-AM ou São Gabriel da Cachoeira-AM para Manaus-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	Ton	6	R$ 85.000,00	R$ 510.000,00
2	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para TUNUI-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	Ton	8	R$ 65.000,00	R$ 130.000,00
3	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para CUCUÍ-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	Ton	8	R$ 57.000,00	R$ 114.000,00
4	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para PARÍ-CACHOEIRA (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do	UND	7	R$ 54.714,28	R$ 382.999,96

		material no caso de ocorrência de sinistros.				
5	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para IPANORÉ (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros.	UND	7	R$ 42.000,00	R$ 294.000,00
VALOR TOTAL (DOIS MILHÕES CENTO E SESSENTA E DOIS MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS)						**R$ 2.162.999,96**

1.2. O prazo de vigência da contratação é de **1(um) ano** contados do(a) **Ata de registro de Preço**, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

~~OU~~

1.3. O prazo de vigência da contratação é de ..... (máximo de 5 anos) contados do(a) ....., prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.4. ~~O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que [...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...] **OU** o Estudo Técnico Preliminar **OU** os termos da Nota Técnica .../...;~~

~~OU~~

1.5. O prazo de vigência da contratação é de .....(máximo de um ano da ocorrência da emergência ou calamidade) contados do(a) ....., improrrogável, na forma do art. 75, VIII da Lei n° 14.133/2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)

Fl nº 173
RUBRICA

Órgão Gerenciador: 21ª Companhia de Engenharia de Construção UASG 160022

ITEM	CAT SER	Descrição do Material	Und	Requisição mínima	Requisição máxima	Qtde Total
1	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho Manaus-AM para São Gabriel da Cachoeira-AM ou São Gabriel da Cachoeira-AM para Manaus-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	Ton	1	2	3
2	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para TUNUI-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	Ton	1	1	2
3	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para CUCUÍ-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	Ton	1	1	2

Órgão Participante: 2ª Brigada de Infantaria de Selva UASG 160515

ITEM	CAT SER	Descrição do Material	Und	Requisição mínima	Requisição máxima	Qtde Total
1	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho Manaus-AM para São Gabriel da Cachoeira-AM ou São Gabriel da Cachoeira-AM para Manaus-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	Ton	3	2	3
2	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para TUNUI-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do	Ton	3	6	6

		material no caso de ocorrência de sinistros				
3	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para CUCUÍ-AM (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros	Ton	3	3	6
4	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para PARÍ-CACHOEIRA (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros.	Und	1	1	7
5	24775	Contratação de um empurrador para transportar uma Balsa de 300 Toneladas no trecho São Gabriel da Cachoeira-AM para IPANORÉ (IDA E VOLTA) com todos os encargos pagos e garantia do ressarcimento do material no caso de ocorrência de sinistros.	Und	1	1	7

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. ~~O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:~~

~~I) ID PCA no PNCP: [...]~~

~~II) Data de publicação no PNCP: [...]~~

~~III) Id do item no PCA: [...]~~

~~IV) Classe/Grupo: [...]~~

~~V) Identificador da Futura Contratação: [...]~~

~~OU~~

Fl nº 175
RUBRICA

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. *[...]*

4.1.2. *[...]*

~~Indicação de marcas ou modelos~~

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (...)

~~Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço~~

4.3. Diante das conclusões extraídas do processo n. ____, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:

4.3.1. ...

4.3.2. ...

4.3.3. ...

~~Da exigência de carta de solidariedade~~

4.4. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

~~OU~~

4.6. ~~É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:~~

4.7. ~~É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: (...).~~

4.8. ~~A subcontratação fica limitada a ..... [parcela permitida/percentual]~~

4.9. ~~O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.~~

Garantia da contratação

4.10. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

~~OU~~

4.11. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os Arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.

4.12. Em caso de opção pelo seguro-garantia, o particular deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.13. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.14. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.15. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços. (OBSERVAÇÃO: No entanto deve o participante buscar conhecimento sobre as peculiaridades hidrográficas da Região).

~~OU~~

4.16. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das ..... horas às ..... horas.





MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)



4.17. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.18. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.19. ... [incluir outras instruções sobre vistoria]

4.20. ... [incluir outras instruções sobre vistoria]

4.21. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.22. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. ***Início da execução do objeto: 5 (cinco) dias [da assinatura do contrato] OU [da emissão da ordem de serviço];***

5.1.2. ***Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:***

5.1.3. ***Os serviços serão solicitados pela 4ª Seção do Comando da 21ª Companhia de Engenharia de Construção, através de um DIEx - Requisição. Após isso, em havendo disponibilidade orçamentária, será efetuada a emissão da Nota de Empenho e a confecção do Contrato.***

5.1.4. ***A(s) Nota(s) de Empenho e Contrato serão enviadas para endereço de e-mail constante no cadastro no SICAFI ou da proposta de preços da empresa vencedora da presente licitação, crescendo de importância à atualização cadastral constante por parte do fornecedor.***

Fl nº 378
RUBRICA

5.1.5. ***Será designado por esta Administração o Fiscal de Contrato e o Gestor de Contrato, onde prestaram toda e qualquer informação referente ao serviço e prazos a serem cumpridos.***

5.1.6. ***Os serviços serão prestados conforme os itinerários descritos nos diversos itens do objeto desse Termo de Referência. Os dias e horários de execução dos serviços, a princípio, serão de segunda à sexta-feira, da 09:00 às 16:30 horas e no caso de necessidade de mudanças, serão informadas pelo Fiscal de Contrato.***

5.1.7. ***A contratada deverá possuir conhecimento técnico e funcional dos portos fluviais onde ocorrerá os serviços.***

5.1.8. ***A contratada deverá, ao ser acionada pelo Fiscal de Contrato, providenciar os equipamentos, mão-de-obra e todo o material necessário para a execução do serviço.***

5.1.3. ***Para a prestação dos serviços de Transporte Fluvial de Cargas e de pessoal o atendimento deverá ser em até 24 Horas, após acionamento pelo fiscal de contrato através de ligação telefônica ou e-mail;***

5.1.3.9. Após o atendimento, a empresa prestadora do serviço, deverá emitir RELATÓRIO DE ATENDIMENTO TÉCNICO, que devem ser entregues ao Fiscal de Contrato ou Equipe de Apoio.

5.1.3.10. Comunicar imediatamente a CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail e telefone indicado na respectiva proposta de preços, como outras informações julgadas necessárias para o recebimento de correspondência encaminhada pela CONTRATANTE.

5.1.3.11. Informar previamente toda e qualquer alteração nas condições da prestação dos serviços que atinja direta ou indiretamente a CONTRATANTE.

5.1.3.12. Aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção a serem adotadas pela CONTRATANTE, no momento do fornecimento do serviço contratado.

5.1.3.13. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes na demora em executar o serviço bem como pelas perdas, até o efetivo recebimento dos serviços pela Contratante.

5.1.3.14. Manter, ainda, os seus funcionários identificados por crachá, quando da retirada e entrega dos materiais, devendo substituir imediatamente qualquer um

deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da CONTRATANTE.

5.1.3.15. Responder, também por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento do serviço.

5.1.3.16. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários no recinto da CONTRATANTE.

5.1.3.17. Executar os serviços, objetos deste Termo de Referência, em conformidade com todas as legislações vigentes, as especificações e características consignadas em sua proposta de preços, e ainda, quaisquer componentes adicionais necessários à execução dos serviços.

5.1.3.18. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CONTRATANTE, no tocante a execução do serviço, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no contrato a ser firmado.

5.1.3.19. Prover todos os meios necessários à garantia do pleno atendimento das obrigações ora assumidas, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

5.1.3.20. Não poderá alegar como motivo de força maior para justificar o atraso na prestação do serviço, a má execução ou a inexecução do Contrato decorrente deste certame.

5.1.3.21. Não transferir a terceiros o contrato a ser firmado, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, como também, não subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

5.1.3.22. Assumir todas as responsabilidades por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhistas em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

5.1.3.23. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, vitimar algum de seus empregados no decorrer da execução do serviço ou em conexão com eles.

Fl nº 180
RUBRICA

5.1.3.24. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como, dar ciência a mesma imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato a ser firmado.

5.1.9. Cronograma de realização dos serviços:

5.1.10. Etapa ... Período / a partir de / após concluído ...

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: ***Cap Nobuo Oba, s/n, Bairro: cachoeirinha – São Gabriel da Cachoeira – AM, CEP: 69750-000, 21ª Companhia de Engenharia de Construção.***

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: ***O serviço poderá ser realizado de segunda a quinta no horário de 7h30min a 16:30h e sexta de 7h30min até 12h.***

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

I) O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante.

II) O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

III) A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

IV) A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133, de 2021.

V) A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

VI) O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

VII) As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

VIII) A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

IX) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

X) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

XI) A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

XII) Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas

XIII) O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

XIV) Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

XV) A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

XVI) O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

XVII) Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

Fl nº 182
RUBRICA

XVIII) A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

XIX) Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

XX) O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

XXI) As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

XXII) Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório

XXIII) O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

XXIV) As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. **Substituir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas quaisquer materiais que não apresentem condições de funcionamento, problemas estruturais, e outros que coloquem em risco a integridade física dos servidores ou dos bens e equipamentos instalados;**

5.5.2. Para a perfeita execução dos serviços de transporte de fluvial, a Contratadadeverá prestar os serviços em embarcações devidamente autorizadas por órgãos competentes, para executarem os serviços de transporte de cargas, nos rios da Amazônia;
5.5.3. As embarcações deverão estar em perfeitas condições, para que seja prestado um serviço com qualidade e segurança.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. ***As eventuais aquisições decorrentes deste estudo devem estar em consonância com os interesses da Administração, e por consequência, o interesse público.***

5.6.2. ***Neste sentido, deve ser ressaltado que o serviço adquirido deve proporcionar à continuidade dos serviços, sobretudo, as demandas administrativas e operacionais de forma a estimular a eficiência dos recursos humanos empregados, assim como priorizar a eficácia no resultado dos trabalhos que dependam do serviço prestado.***

5.6.3. ***[.....].***

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período .....

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para

que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.18.1. *(...)*

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).





MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)



6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4. [Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas];

7.5. [O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada];

7.6. [Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.].

7.7. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

7.8. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

7.9. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

7.10. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

7.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021.

Fl nº 188
RUBRICA

Do recebimento

7.12. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.13. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.14. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.15. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.16. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.17. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.18. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.19. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.20. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).





MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)



7.21. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.22. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.23. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.24. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de .....(.....) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.25. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.26. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.27. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.28. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.29. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.30. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021,

comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.31. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.32. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.33. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.34. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.35. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.35.1. o prazo de validade;

7.35.2. a data da emissão;

7.35.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.35.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.35.5. o valor a pagar; e

7.35.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.36. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.37. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.38. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.39. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.40. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.41. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.42. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.43. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.44. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice XXXX de correção monetária.

Forma de pagamento

7.45. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.46. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.47. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.47.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.48. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

~~Antecipação de pagamento~~

7.49. A presente contratação permite a antecipação de pagamento ..... (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.

7.50. O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R$ ..... (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante – ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o contratante efetue o pagamento antecipado.

7.51. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:

7.51.1. ***R$..... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.***

7.51.2. ***(...)***

7.52. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.

7.52.1. ***No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.***

7.52.2. ***O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do ..... (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.***

7.53. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.

7.54. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até ..... (....) dias, contados do recebimento do ..... (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).

7.55. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.

7.56. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado:

7.56.1. ***comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo contratado, para a antecipação do valor remanescente;***

7.56.2. ***prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o ~~art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021~~, no percentual de ...%.***

7.57. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

Cessão de crédito

7.58. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.59. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.60. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.61. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.62. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes

todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.63. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

~~OU~~

8.2. ~~O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso ....., da Lei nº 14.133/2021 (indicar um dos incisos do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso concreto).~~

~~OU~~

8.3. ~~O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, ..., da Lei nº 14.133/2021 (indicar o caput ou um dos incisos do art. 74, da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso concreto).~~

Regime de execução

8.4. O regime de execução do contrato será [....].

Exigências de habilitação

8.5. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

Fl nº 195
PÚBLICA

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)

8.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.7. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.8. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.9. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.10. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.11. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.13. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.14. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.15. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.16. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.17. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.18. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.19. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.21. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.22. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.23. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.24. Ato de autorização para o exercício da atividade de ..... (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por ..... (especificar o órgão competente) nos termos do art. ..... da (Lei/Decreto) n° .....

8.25. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.26. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.27. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.28. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.29. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

8.30. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.31. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.32. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.33. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.34. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006,

Fl nº 198
RUBRICA

estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.35. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.36. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.37. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.37.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.37.2. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.37.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.37.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.38. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de .....% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

8.39. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.40. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela empresa.

Fl nº 199
RUBRICA

Qualificação Técnica

8.41. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.42. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.43. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente .....(escrever por extenso, se o caso), em plena validade;

8.43.1. ***Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.***

8.44. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.44.1. ***Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:***

8.44.1.1. [....];

8.44.1.2. [....];

8.44.1.3. [....].

8.44.2. ***Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.***

8.44.3. ***Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.***

8.44.4. ***O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.***

8.44.5. ***Prova de atendimento aos requisitos ....., previstos na lei .....:***

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)

Fl nº 200
RUBRICA

TERMO DE ENCERRAMENTO DO VOLUME I

NUP: 64411.000035/2024-75
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 900010/2024
21ª Cia E Cnst – UASG: 160022

Nesta data, encerro o 1º volume dos autos do Processo Administrativo NUP 64411.000035/2024-75, que tem como assunto o Pregão Eletrônico **Nº 900010/2024,** do tipo Menor Preço para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TRANSPORTE HIDROVIÁRIO, visando atender o Plano de Anual de Aquisições/Contratação da 21ª CIA E CNST, iniciando na folha de número 1 e findando nesta de número 200, não podendo mais nada lhe ser acrescentado.

São Gabriel da Cachoeira, 13 de agosto de 2024

RAILANE NERY MAGALHÃES – 3º SGT
Agente de contratação - SALC da 21ª Cia E Cnst